

Em 2020, PSL receberá R\$ 350 milhões

Bolsonaro e Bivar põem a decência de lado na disputa pelo cofre do PSL



Argentina enterra Macri, e Fernandez é eleito presidente no primeiro turno

O candidato da Frente de Todos, Alberto Fernández, foi eleito presidente da Argentina neste domingo (27) derrotando o atual mandatário e candidato do Fundo Monetário Internacional (FMI) à reeleição, Mauricio Macri, por 48,03% a 40,45%. Com 97,58% dos votos apurados, não havia como o resultado ser revertido. No país, para vencer a eleição é necessário obter 45% dos votos ou 40%, com pelo menos dez pontos percentuais de vantagem sobre o segundo colocado. **Página 7**

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.731 30 e 31 de Outubro de 2019

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Qualquer semelhança com milícias disputando ponto não é mera coincidência

O PSL se dividiu em duas facções que disputam o controle do partido com ostensivo desprezo pela decência e o decoro parlamentar.

Qualquer semelhança com milícias disputando territórios no Rio de Janeiro

ou traficantes se matando por pontos de venda de drogas não é mera coincidência.

Ainda não saiu tiro, mas é só questão de tempo.

A virulência do “fogo amigo” atingiu o presidente da República, qualificado pelo Delegado Waldir de “vaga-bundo”. **Página 3**

Chile se levanta contra modelo neoliberal cultuado por Guedes



Mais de 1 milhão de chilenos tomaram a Praça Itália e arredores, na histórica manifestação no último dia 25

Os chilenos voltaram às ruas nesta segunda-feira (28), tomando diversos pontos da capital Santiago e em diversas outras cidades do país. É o 11º dia de protestos contra o modelo propagado por Guedes, que deixou mais de 2 milhões de aposentados recebendo menos de um salário mínimo, uma elevação proibitiva dos serviços públicos e arrocho salarial. Só no mês de setembro, a conta de energia elétrica teve 9,2% de aumento, o que foi seguido pela elevação da tarifa do metrô, estopim da conflagração. Uma greve geral está marcada para a quarta-feira (30). **Página 6**

Queiroz atíça: “tem que botar o Moro para cima do Maia”

Com palavreado de porta de cadeia, o miliciano Fabrício Queiroz, que deveria estar bem escondido, aparece em gravação dizendo o que o governo tem e o que não tem que fazer. Ele trata o ministro da Justiça como um jagunço, ou coisa pior, que pode morder um ou outro de acordo com o comando que receber. Só faltou dizer “pega, Rex!”. Queiroz, o “milicano faz tudo” de Flávio Bolsonaro, acusado de lavagem de dinheiro, com movimentação irregular de R\$ 7 milhões quando era seu motorista na Assembleia-RJ, reclamou que Bolsonaro só protege o filho, o deixando na mão. **Página 3**

Ciro vê ‘crime de responsabilidade’ de Bolsonaro em descaso com óleo

O ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes (PDT)**, condenou a criminoso omissão do governo Bolsonaro com o vazamento de óleo no litoral do Nordeste brasileiro e afirmou que se trata de um “crime de responsabilidade”. Segundo **Ciro**, “não é possível que essa omissão criminoso seja apenas uma vingança mesquinha e paranoica de um homem que é repudiado por aqui!”. O vazamento, que contaminou 249 pontos no litoral brasileiro, já é considerado o maior desastre de petróleo em extensão na história do país. Em vídeo, **Ciro** afirma que “a região Nordeste do Brasil está passando por uma das maiores crises ambientais de toda a nossa história. Um lâmina extensa - não se sabe o fim dela - de petróleo, óleo cru, está se aproximando de todos os grandes pontos, já ferindo mais de 50 pontos do litoral do Nordeste”. **Página 4**



Evo vence no primeiro turno e convida países vizinhos a acompanhar revisão de atas

O presidente **Evo Morales** venceu no primeiro turno as eleições presidenciais da Bolívia, com 47,07% dos votos contra 36,52% de **Carlos Mesa**. Informados com a derrota, alguns grupos fascistas incendiaram seções eleitorais. **Evo** pediu que sejam revistas todas as atas e “se ficar comprovada fraude, vamos ao segundo turno”. **Pág. 6**

Indústria chama de ‘desastrosa’ redução de taxa de importação

“Com uma abertura unilateral, com esse corte e no prazo de quatro anos, vão desaparecer 20% das empresas e 100 mil empregos, no mínimo”, avaliou a **Abimaq**. **P 2**

“Bolsonaro, o presidente-miojo”, diz Roberto Freire



Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil.

Guedes e o presidente do BB, Novaes Prócer de Guedes diz que é 'inevitável' acabar com o Banco do Brasil

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, declarou em palestra realizada na sexta-feira (25/10), na Associação Comercial do Rio de Janeiro, que a "privatização do Banco do Brasil será inevitável".

O pretexto ridículo, desta vez, para a entrega ao monopólio financeiro externo do maior banco público do país, responsável pelo maior geração de crédito às empresas produtivas, inclusive por todo o crédito rural, seria o "avanço tecnológico do setor bancário".

Não é a primeira vez que o Chicago Boy da turma do ministro da Economia Paulo Guedes manifestou a que veio ao assumir a presidência do BB por indicação de Bolsonaro.

Logo que assumiu, Novaes declarou que o BB seria mais eficiente se fosse privatizado. "Espero que um dia se chegue a essa conclusão", declarou.

Novaes é amigo de Guedes desde os tempos em que foram para a Universidade de Chicago (EUA), arapuca dos "ideólogos" da ditadura de Pinochet.

"PARCERIA" COM O SUÍÇO UBS

Em setembro, Novaes iniciou uma "parceria" com o suíço UBS com o objetivo de desmontar a subsidiária BB Banco de Investimentos e formar um outro banco na área de investimento e corretora de valores no Brasil e outros países da América do Sul sob controle dos estrangeiros.

"A intenção é que UBS seja acionista majoritário da parceria que seria estabelecida pela contribuição de ativos do BB e do UBS, de acordo com os termos e condições definitivos... ainda em discussão", anunciou o BB em comunicado ao mercado.

O Banco do Brasil, maior gestor de recursos de terceiros do país, em valor da ordem de R\$ 1 trilhão, ainda oferecerá aos gringos sua rede de distribuição composta de 4.700 agências, com 90 mil funcionários, e toda a sua base de relacionamento de 36 milhões de clientes, segundo denunciou o Sindicato dos Bancários de Brasília.

Segundo Novaes, o plano é "privatizar". "Vendemos nossa participação na Neoenergia, no IRB e fechamos a BBTur. Já estamos 'mandatados' para vender o nosso banco na Flórida (EUA) e podemos rever a questão do banco na Argentina", disse Novaes.

Governo eleva preço do gás de cozinha

O GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) residencial, mais conhecido como gás de cozinha, ficará mais caro nesta terça-feira (22/10) nas refinarias da Petrobrás, segundo informou o Sindigás (Sindicato Nacional das Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo). O último aumento de GLP praticado pela Petrobrás foi no dia 5 de agosto.

Nas refinarias, o gás residencial (13Kg) aumentou 5% e o gás empresarial (acima de 13Kg) teve alta de 3%.

Segundo o Sindigás, o botijão de gás de cozinha terá aumento de 4,8% a 5,3% para o consumidor e o gás vendido para as indústrias e para o comércio terá reajuste de 2,9% a 3,2%.

O preço do botijão de

gás de cozinha está, em média, R\$ 69,00 para o consumidor, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O botijão de gás tem um peso importante para as famílias de baixa renda que já enfrentam o desemprego ou o trabalho precário.

Em 2015, a Petrobrás passou a equiparar os preços do gás com os praticados pelo mercado internacional. Após 13 anos sem aumento, o preço do gás subiu 15% e de lá para cá não para de subir, com uma ou outra exceção.

Nesse período aumentou o número de famílias que passaram a usar lenha ou álcool para cozinhar, o que levou também ao aumento de acidentes.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marquês Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

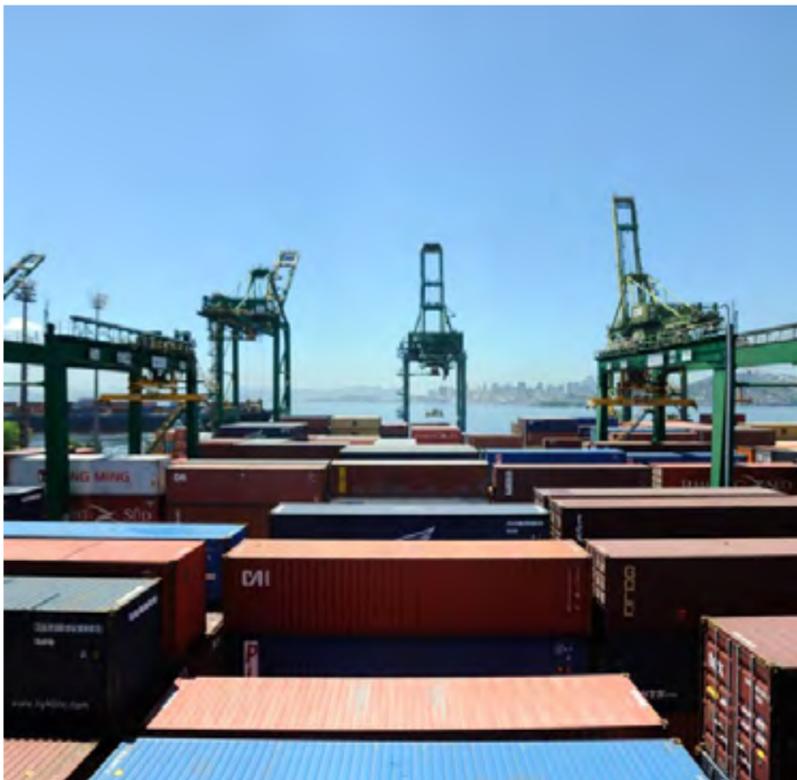
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Para indústria, redução de tarifa de importação será "desastrosa"



Proposta do governo Bolsonaro é destruir indústria em prol dos estrangeiros

Desembolsos do BNDES para a indústria caem 22% no ano

O total de financiamentos realizados pelo BNDES em setembro foi de R\$ 3,812 bilhões, 28% a menos do que no mês de agosto e 22% menor que setembro de 2018. No acumulado de janeiro a setembro, o valor do crédito cedido pelo banco foi de R\$ 38,012 bilhões com uma queda de 13% em relação aos R\$ 43,569 bilhões do mesmo período de 2018.

Os destaques negativos do volume acumulado do ano foram os de 51% para o comércio e serviços e os 22% destinados à indústria. Com a agricultura, mesmo com a queda no volume total, teve um aumento de 9%, enquanto infraestrutura teve 1% negativo de variação.

Também no acumulado de doze meses, tiveram seus recursos reduzidos para as suas atividades a indústria, com menos 12%, e comércio e serviços, com menos 40%. Os dados constam de Boletim de Desempenho do banco, divulgado na quinta-feira (24/10).

O sucateamento a que o BNDES vem sendo submetido, agravado nesses meses do governo Bolsonaro, está expresso nos números relativos aos desembolsos.

Com a economia patinando no fundo do poço, a busca por novos créditos despencou à metade entre janeiro e setembro, na comparação com o mesmo período do ano passado. Um total de R\$ 40,2 bilhões em empréstimos, representando um recuo de 49% no período.

"Butique da Faria Lima"

Para o presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas

e Equipamentos, João Carlos Marchesan, "é inconcebível a ausência do BNDES como fonte de financiamento de investimentos de longo prazo, sob o risco de comprometer o crescimento do País". Para o empresário, a ausência do BNDES pode comprometer a recuperação da economia e a geração de empregos. "Preservar o BNDES como uma das principais ferramentas para comercializarmos nossos produtos e como instrumento de Política Industrial foi uma conquista".

Marchesan alertou para as "inúmeras ameaças que pairam sobre nosso setor, como a transformação do BNDES numa 'butique da Faria Lima'", se referindo à declaração do atual presidente do banco de fomento, Gustavo Montezano, em sua posse em 16 de julho.

No dia 2 de agosto, Montezano anunciou que antecipará o pagamento de mais R\$ 40 bilhões de empréstimos da União. Com esse pré-pagamento, o BNDES já terá devolvido à União, neste ano, R\$ 84 bilhões, o que corresponde a cerca de 67% da meta de R\$ 126 bilhões.

Com isso, mais recursos públicos são desviados dos investimentos para pagamento de juros a bancos, conforme meta do ministro da Economia, Paulo Guedes. Os pagamentos antecipados pelo BNDES ao Tesouro são usados exclusivamente para abater a dívida pública federal.

A média anual de recursos liberados para os financiamentos pelo banco de 2015 a 2108, ou seja, nos piores quatro anos da economia, com o PIB derubado em mais de 5% no período, foi de R\$ 91,063 bilhões. Mesmo com o

último trimestre do ano a ser computado não há praticamente chance de chegar perto dessa média.

A indústria recebeu 526 milhões e o setor de comércio e serviço R\$ 472 milhões, respectivamente 14% e 12% desse total. Agropecuária ficou com R\$ 1,681 bilhão ou 44% do bolo, enquanto os segmentos da Infraestrutura com a recepção de R\$ 1,133 bilhão levou 30% do total.

No acumulado de janeiro a setembro o valor total dos financiamentos foi de R\$ 38,032 bilhões. Também nessa comparação a indústria tendo recebido R\$ 6,320 bilhões e o comércio e serviços R\$ 4,157 bilhões ficaram também com a menor parte dos recursos liberados. Percentualmente 16,6% para uma e 10,9% para o outro.

Agropecuária com R\$ 10,198 bilhões de financiamentos recebidos levou 26,8% dos recursos enquanto a Infraestrutura com R\$ 17,357 bilhões arrematou 45,6% do bolo.

Os números confirmam as prioridades do governo Bolsonaro para financiar as privatizações de aeroportos, portos, estradas e outras obras de infraestruturas. Além das vendas a preços subavaliados, são liberados créditos subsidiados do BNDES para as empresas participantes do banquete, especialmente multinacionais, que tomam para si grandes estruturas do patrimônio público.

Outro grande beneficiário do governo é o agronegócio com a segunda grande parcela dos recursos liberados pelo banco, que vale o registro, vai se somar a grande parte dos R\$ 226 bilhões do Plano Safra 2019/2020, especialmente para a produção de soja.

Guedes quer acabar com gastos obrigatórios

A proposta do governo Bolsonaro de acabar com o investimento mínimo que estados e municípios são obrigados por lei a aplicar em Saúde e Educação, encontrará dificuldade de avançar no Congresso, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"Uma discussão social precisa ser feita com cuidado para não gerar conflitos. É difícil reduzir ou comprometer esse gasto", disse Maia. Nesta quinta-feira (24/10), o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a dizer que

planeja extinguir o piso mínimo que estados e municípios devem destinar à Saúde e à Educação. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do governo para alterar as regras fiscais e orçamentárias está prestes a ser enviada ao Congresso.

Atualmente, a Constituição Federal (CF) determina que estados devem destinar 12% da receita à Saúde e 25% à Educação. Municípios devem alocar 15% e 25%, respectivamente.

O governo federal também tem um piso determinado

para essas áreas, mas com a entrada em vigor do teto de gastos em 2016, o percentual mínimo a ser aplicado está veiculando hoje ao montante que foi destinado no orçamento do ano anterior, mais correção da inflação. A equipe econômica de Bolsonaro está discutindo a retirada desta correção, ou eliminar a elevação anual, segundo revelou a Folha de São Paulo.

Veja matéria completa em <https://horadopovo.com.br/guedes-quer-acabar-com-gastos-obrigatorios-em-saude-e-educacao/>

"Vão desaparecer 20% das empresas e 100 mil empregos, no mínimo", afirma José Velloso, presidente da Abimaq, sobre corte nas alíquotas de 14% para 4% no setor de máquinas e equipamentos

A redução das tarifas de importação de bens industriais por um prazo de quatro anos defendida pelo governo Bolsonaro, gerou forte reação dos empresários brasileiros.

Segundo eles, a medida trará fechamento de fábricas, desemprego e queda no já minguado investimento feito pelo setor.

De acordo com José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o corte nas tarifas de 14% para 4% do setor será uma pancada forte na indústria. O setor é formado por 51 mil empresas, as quais respondem por 5% do PIB do país e 3% das exportações.

"Com uma abertura unilateral, com esse corte e no prazo de quatro anos, vão desaparecer 20% das empresas e 100 mil empregos, no mínimo", afirma Velloso.

As informações sobre a proposta de redução da Tarifa Externa Comum (TEC) foram divulgadas pelo Valor Econômico que teve acesso à simulação feita pelo governo e compartilhada com os demais sócios do Mercosul.

ABIT

Para a indústria têxtil e de vestuário, as alíquotas desabarariam de 35% para 12%. "O impacto seria desastroso", diz Fernando Pimental, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Segundo Pimental, quando "essas ameaças" são colocadas, "os investimentos são reduzidos, o que diminui a geração de empregos".

ABIQUIM

Para a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), as empresas que já enfrentam a forte concorrência de importados poderão não resistir. De janeiro a setembro, o déficit na balança comercial do setor chegou a US\$ 23,8 bilhões, alta de 10,3%. Em 12 meses, o resultado negativo ficou em US\$ 31,8 bilhões. Para um dos principais produtos da indústria petroquímica no país, o polipropileno, a alíquota cairia de 14% para 4%.

IABR

O presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABR), Marco Polo de Mello Lopes, avalia que uma abertura unilateral seria particularmente prejudicial ao setor. "A América Latina é a única região que não tem medidas para proteger a indústria siderúrgica local", diz Marco Polo. "Não podemos colocar as usinas brasileiras para competir no mundo deslealmente".

Fraca atividade econômica eleva inadimplência das empresas em setembro, dizem dirigentes lojistas

O número de empresas inadimplentes no país cresceu 4,14% em setembro, na comparação com o mesmo período do ano passado. O desemprego e a renda achatada – que pressionam vendas, prestações de serviços e, por consequência, o faturamento – são apontadas como os motivos para que as empresas não consigam manter seus compromissos financeiros. Os dados são do Indicador de Inadimplência de Pessoas Jurídicas, calculado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

"O faturamento das empresas e a sua capacidade de honrar as contas acabam sendo impactados pela fraca atividade econômica do país, que sofre com alto desemprego e a renda achatada", afirma José Cesar da Costa, presidente da CNDL. É no ramo da entidade, o comércio, onde há maior dificuldade de saldo de dívidas: quatro em cada dez empresas inadimplentes são estabelecimentos comerciais, ou 44% do total.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o volume de vendas do comércio varejista está, em 2019, 5,6% abaixo do que representava em 2014.

Os produtos siderúrgicos deixariam de recolher o imposto de importação por uma alíquota de 10,4% para apenas 3,7%. Máquinas, material e aparelhos elétricos de 12% de alíquota passariam a ser importados por apenas 4,2%.

Para os calçados, as tarifas cairiam de 32% para 12%. A importação de móveis seria liberada com alíquotas de 8,8%, ao invés dos 17,6% atuais.

Sobre automóveis importados as alíquotas despencariam de 35% para 12%. Os ônibus importados passariam a pagar apenas 4% de imposto de importação, que hoje é de 35%.

Essas reduções de alíquotas, entre muitas outras, aumentariam de forma desmedida as importações, ao impor uma concorrência desleal à indústria no país, provocando fechamento de empresas e mais desemprego, como alertam os empresários.

Especialmente as empresas genuinamente nacionais, sujeitas a todo tipo de discrepâncias nas condições operacionais e financeiras frente aos monopólios estrangeiros desajustados de escoar sua produção.

A intenção do Ministério da Economia seria fazer com que os países do Mercosul (Além do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) acompanhassem essa aventura e a redução de tarifas fosse feita por todos.

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), diante das notícias de que o Ministério da Economia tem avançado na proposta de reduzir unilateralmente a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul, afirmou em nota que a proposta apresentada pelo Brasil aos parceiros no Mercosul é de "um corte superior a 50% do imposto de importação" o que prejudicará o crescimento econômico e a redução do desemprego.

"Um estudo ainda inédito, contratado pela CNI junto ao Centro de Estudos de Política da Universidade de Victoria, na Austrália, mostra que um corte abrupto de 50% reduzirá o Produto Interno Bruto (PIB) de pelo menos 10 dos 23 setores industriais até 2022, prejudicando a retomada do crescimento e a redução do desemprego".

"A TEC é o imposto de importação cobrado de bens de terceiros países para entrar nos territórios de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A CNI reiterou a necessidade de haver diálogo do governo com o setor produtivo "para que se compreenda a realidade de cada setor industrial e de cada região no País".

O impacto do desemprego ao qual o presidente da CNDL se refere, também é revelado através de dados do IBGE: desempregados e subempregados já respondem por 24,6% da população economicamente ativa, ou 27,6 milhões de brasileiros. Com esses números, é impossível sustentar o consumo.

O setor de serviços, aquele que tem maior peso na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, aparece com a segunda maior participação, concentrando 41% do total de empresas negativas. Pelo lado da indústria, os dados apontam um aumento de 1,53% no número de empresas do setor produtivo que agora devem na praça.

"A crise impactou todos esses setores, principalmente indústria e serviços. Pelos dados do IBGE, nenhum voltou ainda aos patamares que antecederam a crise", ressalta o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior.

As regiões do país que mais concentram empresas devedoras são exatamente as mais desenvolvidas – como a região sul e o sudeste, onde o avanço da inadimplência em relação ao ano passado foi de 6,37% e 5,56%, respectivamente.

PRISCILA CASALE



Luís Barroso deu seguimento à ação

Supremo dá prazo de dez dias para Bolsonaro explicar venda da Embraer à Boeing

Ação de **Ciro Gomes** e do PDT quer interromper processo de transferência do controle acionário da empresa de aviação brasileira para a norte-americana Boeing

O ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um prazo de dez dias, a contar de 23/10, para que o presidente Jair Messias Bolsonaro dê explicações ao tribunal sobre a transferência do controle acionário da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer S/A) para a empresa norte-americana The Boeing Company.

A decisão de Barroso foi tomada dentro da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 627, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Um dos autores da ação é o ex-governador **Ciro Gomes** (PDT) e o relator é o ministro Luís Roberto Barroso.

O governo brasileiro é detentor de uma ação especial da Embraer, conhecida como "golden share", que lhe dá o direito de vetar qualquer decisão da empresa que coloque em risco interesses estratégicos do país. A transferência do setor de jatos comerciais, parte nobre da Embraer, para a Boeing, é considerado por especialistas como uma medida que afronta a soberania do Brasil.

O governo Bolsonaro não fez uso desse direito apesar da Embraer, a maior empresa privada de alta tecnologia do Brasil e campeã mundial de vendas de aeronaves com até 150 lugares. A empresa também participa de projetos militares com verbas públicas, como a fabricação do cargueiro KC-390, a maior e mais moderna aeronave militar do hemisfério sul.

O ministro Barroso determinou também que, em seguida, sejam ouvidas a Advocacia-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo sucessivo de cinco dias.

O ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, um dos autores da ADPF 627, afirmou que "mesmo detendo o poder de veto, a União permitiu a transferência de uma atividade estratégica nacional para a iniciativa privada, de modo a perder a garantia que o resultado dessas atividades permanecem subordinadas aos interesses do país".

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro X Bivar: briga de facções pelo controle da chave do cofre



Isac Nóbrega/PR

Bolsonaro em entrevista coletiva durante viagem a Pequim, China

"Matar, o picareta que quer vender até o Planalto, é um sonegador", denuncia **Ciro**

"A mamata é a seguinte. Ele compra carro que custa R\$ 45 mil, direito na montadora. Com a isenção ele sai por R\$31 mil", explica **Ciro**. "Depois de alugar, ele vende por R\$ 35 a R\$ 37 mil"

O "empresário" **Salim Mattar**, o picareta do ramo de locação de automóveis, dono da Localiza, é um dos escroques que Bolsonaro escolheu "para vender o Brasil". Ele se diz empresário, mas é um fazedor de rolo que finge locar veículos, mas, na verdade, os vende com isenção de impostos.

"Seu empreendimento" é roubar dinheiro público em benefício de sua própria empresa.

O ex-governador **Ciro Gomes** (PDT), explica porque Bolsonaro o credenciou para se juntar ao seu bando e o de Guedes para vender o Brasil. "Sabem o que eu descobri", disse o ex-governador a estudantes no sul do país, "este senhor não paga impostos". "É um sonegador", denunciou **Ciro**.

Durante a Conferência

Nacional de Educação, realizada no auditório do curso de Economia da UFRGS em Porto Alegre, no último dia 19, **Ciro Gomes** afirmou que "Salim Mattar, dono da Localiza, empresa de aluguel de veículos e também Secretário de Desestatização e Privatização de Bolsonaro, "não ganha dinheiro principalmente alugando carros".

"A mamata é a seguinte. Ele compra carro que custa R\$ 45 mil, direito na montadora. Com a isenção ele sai por R\$31 mil", explica **Ciro**. Depois de alugar, ele vende por R\$ 35 a R\$ 37 mil.

"Um escandaloso roubo aos cofres públicos", denunciou o ex-governador. Segundo **Ciro**, "o empresário Mattar, após comprar o veículo sem pagar o IPI e o ICMS, aluga para motoristas de aplicativos que o utilizam por determinado

tempo, depois ele vende o mesmo carro por R\$ 35 mil e até R\$ 37 mil". Ou seja, o picareta ganha um fortuna com isenções milionárias na compra e venda de carros.

É um "Fabrício Queiroz" só que com CNPJ.

Para quem não conhece, Fabrício Queiroz é assessor de Flávio Bolsonaro, filho do presidente, e foi acusado de movimentar ilegalmente R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017 no gabinete do então deputado estadual do Rio. Ele disse à época, em entrevista à TV Record, que ganhava esse dinheiro "fazendo rolo com compra e venda de automóveis". Igualzinho ao Mattar.

Como se pode ver, Salim Mattar não passa de um "Queiroz de luxo".

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

SÉRGIO CRUZ

"Bolsonaro, o presidente-miojo", diz Roberto Freire

O presidente do partido Cidadania23, o ex-ministro Roberto Freire, reagiu com ironia a mais uma gafe internacional proporcionada por Bolsonaro, dessa vez em visita a Tóquio, no Japão, onde foi participar da cerimônia de entronização do novo imperador Naruhito.

"Infelizmente um boçal nos governa. Bolsonaro, o presidente-miojo, faz apologia do toco", disse Roberto Freire em comentário no Twitter sobre uma foto de Bolsonaro com um pacote de macarrão miojo.

Convidado para o banquete de Naruhito, Bolsonaro não comeu o cardápio real baseado em peixes e frutos do mar, preferindo macar-

ção instantâneo sabor calabresa.

Segundo ele, "peixe, só se for frito". Foi o comentário que fez ao entrar em uma hamburgueria em Tóquio.

Segundo o jornalista Marcos Nogueira, do blog Cozinha Bruta (Folha de S. Paulo), "Bolsonaro expôs três de seus maiores atributos: ignorância, preconceito e preguiça intelectual". "No Japão também se comem peixe grelhado, peixe cozido e peixe em conservas de vários tipos", afirmou.

Esse foi mais um deboche de Bolsonaro contra os japoneses. Ele já se dirigiu a um asiático e aproximou o indicador do polegar e disse: "pequeninho". Ao anunciar a viagem ao Oriente

esticou os olhos com os dedos e disse que assim ficaria igual à multidão.

O ápice dos micos que Bolsonaro protagonizou no Japão foi quando se pararam para a cerimônia de entronização do novo imperador. Ele se vestiu com fraque, como manda a ocasião, mas colocou a faixa presidencial e sete condecorações que ele mesmo se deu em seu traje, entre as quais um colar.

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, não pôs nenhuma miçanga em seu fraque, como fez Bolsonaro. E o mesmo fizeram os representantes dos governos da Turquia, República Checa, Bulgária, Mongólia, China, Filipinas, Coreia do Sul e Ucrânia.

'Represália do governo Bolsonaro veio por meu compromisso com a democracia', diz Victor Neiva

"Todas as formas de obstaculização do exercício da representação dos anistiados foram adotadas na comissão", disse ele

O advogado Victor Mendonça Neiva, representante de entidades de anistiados na Comissão de Anistia, afastado arbitrariamente por decisão da ministra Damare Alves, afirmou, na sexta-feira (25) em entrevista ao HP, que a represália se deu porque ele não compactuou com o que estava ocorrendo no órgão, que é subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH).

"Todas as formas de obstaculização do exercício da representação dos anistiados foram adotadas na comissão", disse ele. "Desde entrega da pauta poucos dias antes para análise, recusa de oferecimento de apoio da assessoria para apreciação dos casos, até mesmo cobranças excessivas foram adotadas", explicou Neiva.

O pretexto para a demissão de Neiva foi um entendimento recente que o ministério criou, de que conselheiros não podem atuar nesses casos, no Poder Judiciário. O advogado exonerado, que já tinha abandonado

os casos que cuidava na comissão, atua em processo dessa natureza na Justiça. Ele nega confi-

to de interesses e argumenta que o Estatuto da OAB não faz esse tipo de objeção.

Neiva é convidado para a Diretoria Jurídica do Instituto João Goulart

"É evidente que essa dispensa teve o caráter de represália à minha atuação que foi a mais contundente possível contra aquilo que considero a própria negação do pacto que fundou a nossa redemocratização", destacou o advogado.

"Entretanto", acrescentou, "me considero profundamente honrado pela perseguição, que confirma a minha atuação independente e comprometida com os valores dos direitos humanos e da democracia pelos quais tenho dedicado toda a minha carreira profissional".

Victor Mendonça esclareceu que os procedimentos adotados pela comissão visavam o sufocamento de direitos dos anistiados.

"Combinaram as arbitrariedades em sessões administrativas fechadas ao público e com acesso aos áudios restritos, para depois implementarem as decisões em sessões de julgamento", denunciou.

"Já na primeira sessão de julgamento, em que foi definido que a Comissão de Anistia não indicaria mais o valor da reparação, em completa contrariedade a lei, adotei o procedimento de denunciar à imprensa e de repassar todas as informações que tinha para quem pedisse, desde grupos acadêmicos até o Ministério Público", acrescentou Neiva.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

SÉRGIO CRUZ

No ano de 2020, o PSL receberá R\$ 350 milhões dos cofres públicos - uma bolada para Queiroz nenhum botar defeito

O PSL se dividiu em duas facções que disputam o controle do partido com ostensivo desprezo pela decência e o decoro parlamentar.

Qualquer semelhança com milícias disputando territórios no Rio de Janeiro ou traficantes se matando por pontos de venda de drogas não é mera coincidência.

Ainda não saiu tiro, mas é só questão de tempo.

A virulência do "fogo amigo" atingiu o presidente da República, qualificado pelo Delegado Waldir de "vagabundo", e já trata a Sra. Joice Hasselmann, ex-líder do governo no Congresso, como "porca" e o filho predileto do presidente, Carlos Bolsonaro, como "Lassie".

Aliás, a respeito desse filho problemático, Bolsonaro fica devendo uma explicação sobre o que quis dizer quando afirmou: "Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo".

Talvez não tenha querido dizer nada. Foi só uma afirmação como outras com a qual não tem compromisso algum, mas que acredita ser capaz de lhe render votos em certos redutos. Exemplo: "Deus acima de todos", a "santidade da família tradicional", a "infallibilidade da Bíblia", o "combate intransigente à corrupção" etc.

Mas também pode ser que ele tenha procurado comunicar algo que precisaríamos recorrer a Freud para captar o significado. Fica o registro, é coisa que escapa ao âmbito deste artigo.

Voltando ao litígio: é notório, pois no PSL ninguém faz questão de guardar segredo, que mais do que o controle do partido o alvo da cobiça das facções é o controle do dinheiro do partido.

No ano de 2020 o PSL receberá R\$ 350 milhões dos cofres públicos - uma bolada para Queiroz nenhum botar defeito.

Os recursos equivalem à soma do fundo partidário com o fundo eleitoral, ambos proporcionais à quantidade de votos para deputado federal obtidos pelo partido na eleição de 2018.

O MP vai "enterrar" um cometa na gente e ninguém ajuda, reclama Fabrício Queiroz

"O cara tá hiper protegido, eu não vejo ninguém mover nada pra tentar me ajudar aí, entendeu?", diz ele, em áudio vazado

Fabrício Queiroz, o "milicano faz tudo" de Flávio Bolsonaro, acusado de lavagem de dinheiro, com movimentação irregular de R\$ 7 milhões em sua conta, entre 2014 e 2017, quando era motorista de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), reclamou, em áudio de Whatsapp, obtido pelo jornal "O Globo", que Jair Bolsonaro só está protegendo o filho e o deixando na mão.

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) detectou movimentações suspeitas de Fabrício Queiroz na ordem de R\$ 7 milhões de janeiro de 2014 a janeiro de 2017. O MP do Rio de Janeiro abriu investigação, que foi suspensa no último dia 30 pelo ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Queiroz diz que, se não estivesse com problemas com o MP, resolveria tudo ao seu jeito.

O ex-policial, que intermediou a vinda de familiares de milicianos para o gabinete de Flávio Bolsonaro - a mãe e a mulher do miliciano foragido e chefe do "Escritório do Crime" da milícia de Rio das Pedras, Adriano Nóbrega, que está foragido, foram trazidas pelas mãos de Queiroz para o gabinete - disse que:

"Se eu não tô com esses problemas aí, cara, se a gente está de boabeira, não ia ter que fazer muita coisa com eles lá em Brasília, eu podia estar igual você aí, andando, entendeu?"

E prossegue: "aí dava para investigar, infiltrar, botar um calunga no meio deles, entendeu, porra, prá levantar tudo. A gente mesmo levantava essa parada aí".

"E o que eu falo, o cara lá tá hiper protegido, eu não vejo ninguém mover nada pra tentar me ajudar aí, entendeu?"

"É só porrada, cara. Caralho, o MP tá com uma pica do tamanho de um cometa pra enterrar na

Esses são os resultados da criminoso reforma eleitoral de 2017, através da qual os gênios do PT pretenderam estabelecer para si o monopólio da representação parlamentar da "esquerda", tirando dos partidos menores tempo de TV, acesso a recursos financeiros, coligações eleitorais e representações na Câmara e Senado.

O *bolsonarismo histórico* (cáspite!), isto é, a *famiglia*, quer concentrar esses recursos no que lhes parecer mais útil para a reeleição do papai Bolsonaro e seu delírio de tornar-se o valet preferencial de Trump. Mas os *bolsonaristas de ocasião*, que saíram do anonimato na sua aba, numa onda cujos sinais de esgotamento já são visíveis, querem usar os milhões em seu próprio proveito.

Presidente do PSL desde a sua fundação (1998), Luciano Bivar, que detém a chave do cofre que dá acesso aos milhões do partido, é dessa corrente que acredita que agora a vez de "molhar o bico" é da facção que se agrupa em torno dele.

A favor de Bolsonaro conta o fato de que por ora é o dono dos votos. Os *bolsonaristas de ocasião*, salvo exceções que confirmam a regra, não têm passado político nem votação própria, foram eleitos parasitando os votos do mito.

Porém, uma estrutura do tipo milícia, que é o máximo que os bolsonaristas conseguem conceber e criar em matéria de organização, tem mais semelhança com um governo feudal do que com uma monarquia absoluta.

Luís 14 dizia: "O Estado sou eu". O rei feudal, no entanto, precisava ser mais modesto e flexível, sua vontade devia ser temperada pela dos senhores feudais.

Desequilibrado como é, Bolsonaro não aceita e jamais aceitará essa condição. Vai sovar Bivar até que ele morra ou se renda, isto é, transfira a chave do cofre para a *famiglia*.

O vale tudo que tomou conta do PSL expressa essa contradição. E a chapa apenas começou a esquentar.

SÉRGIO RUBENS

Justiça torna réus 11 chefes de empreiteiras por danos de R\$ 20 bilhões à Petrobrás

A denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da Operação Lava Jato, contra 11 executivos de seis empreiteiras foi aceita pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

De acordo com o MPF, 16 empreiteiras formaram um cartel, chamado de "clube das empreiteiras", para eliminar a concorrência sobre as licitações de obras realizadas pela Petrobrás e estabelecer preços e quantidades de material que não condiziam com a realidade.

O MPF estima que o dano causado à Petrobrás pelo cartel foi de R\$ 19,9 bilhões.

Essas empresas, "de forma consciente e voluntária, abusaram do poder econômico, dominando o mercado e eliminaram a concorrência, mediante ajuste e acordos entre suas empresas", afirmou o MPF na denúncia.

A denúncia, agora aceita pela 13ª Vara Federal de Curitiba, tornou réus 11 executivos das empreiteiras OAS, Mendes Júnior, Engevix, Alusa e Galvão Engenharia pelo crime de formação de cartel.

Os réus são Agenor Franklin Magalhães Medeiros (OAS), Henrique Quintão Federici (OAS), Alberti Elísio Vilaça Gomes (Mendes Júnior), Alessandro

Carraro (Engevix), Gerson de Mello Almada (Engevix), Carlos Eduardo Strauch Albero (Engevix), César Luiz de Godoy Pereira (Alusa), Dario de Queiroz Galvão Filho (Galvão), Guilherme Rosetti Mendes (Galvão), Leonel Queiroz Vianna Neto (Galvão), Luiz Augusto Distrutti (Galvão), Erton Medeiros Fonseca (Galvão), Ricardo Ourique Marques (Techint).

Os executivos da IESA e da Queiroz Galvão já tinham sido denunciados pelo MPF. Os da Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correira firmaram acordo de delação premiada e serão denunciados em "momento oportuno", explica o MPF.

O "clube das empreiteiras" se reunia na sede de uma delas para definir qual seria a vencedora de cada licitação. Os empresários também definiriam quais deveriam apresentar propostas que serviriam para simular uma competição. De acordo com a Superintendência da Polícia Federal no Paraná, pelo menos 87 contratos da Petrobrás foram fraudados pelo "clube".

As propostas apresentadas pelo cartel nas licitações da Petrobrás eram, em média, 34,1% superiores ao que a estatal tinha previsto.

Ciro condena criminosa omissão de Bolsonaro sobre óleo no Nordeste

“Bolsonaro faz uma vingança mesquinha e paranoica por ser repudiado na região. Senhor Jair Bolsonaro, crie um pouco de vergonha na sua cara”, disse

O ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes** (PDT), condenou a criminosa omissão do governo Bolsonaro com o vazamento de óleo no litoral do Nordeste brasileiro. Segundo **Ciro**, “não é possível que essa omissão criminosa seja apenas uma vingança mesquinha e paranoica de um homem que é repudiado por aqui!”

O vazamento que já contaminou 249 pontos no litoral brasileiro e já é considerado o maior desastre de petróleo em extensão na história do país.

Em vídeo, **Ciro** afirma que “a região Nordeste do Brasil está passando por uma das maiores crises ambientais de toda a nossa história. Um lâmina extensa - não se sabe o fim dela - de petróleo, óleo cru, está se aproximando de todos os grandes pontos, já ferindo mais de 50 pontos do litoral do Nordeste”.

Segundo o ex-governador, que foi candidato à Presidência na eleição de 2018, o governo faz uma “manipulação odienta dessa crise”. O ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro acusou a Venezuela e o Greenpeace de serem responsáveis pelo derramamento de óleo.

“O senhor **Jair Bolsonaro** não se dignou a vir ao Nordeste. Não pisou na região. Antes, tinha cancelado uma comissão permanente. Dado que o Brasil é um grande produtor de petróleo e tem uma extensa costa por onde circula petróleo do mundo inteiro, havia no Brasil um plano de contingência preparado para isso, uma comissão permanente”, disse **Ciro**.

“O mais inacreditável: estamos inteirando quase 50 dias e não é possível não levantar aqui uma voz de protesto contra a ridícula, criminosa

omissão, quando não a manipulação odienta dessa crise, que não só está ofendendo a natureza, mas dizimando oportunidades de renda e de trabalho na hora em que o Brasil já vive uma de suas maiores crises econômicas da história”, denunciou.

CRIME DE RESPONSABILIDADE

Para **Ciro**, o cancelamento da comissão permanente do IBAMA responsável por acompanhar este tipo de situação é criminosa: “Senhor **Jair Bolsonaro**, mais este canalha que ocupa o Ministério do Meio Ambiente, cancelaram essa comissão, rasgaram o plano de contingência e voltou a dizer: 50 dias e nem sequer pisar na região o senhor **Jair Bolsonaro** se dignou. Isso é flagrantemente um caso de crime de responsabilidade e, como tal, deveria ser objeto de apuração do Ministério Público Federal”.

“Por agora, o que nos cabe é exigir para anteontem um esforço absolutamente central do governo para conter a extensa mancha de óleo que ainda se aproxima do litoral e que poderá agravar muito essa crise, mas também procurar indenizar todos aqueles que sofreram. E mais que isso: identificar, com cooperação internacional, todos aqueles que foram responsáveis por esse vazamento de óleo e cobrar deles a indenização para os extensos prejuízos causados ao Brasil e especialmente ao nosso povo trabalhador”, disse.

“Senhor **Jair Bolsonaro**, crie um pouco de vergonha na sua cara! Não é possível que essa omissão criminosa seja apenas uma vingança mesquinha e paranoica de um homem que é repudiado por aqui!”, concluiu **Ciro Gomes**.



Weintraub ameaça “caçar algumas pessoas” na UFSC

O ministro da Educação de Bolsonaro, **Abraham Weintraub**, disse que vai “caçar o pessoal que fica fazendo balbúrdia” sobre professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O deputado estadual em Santa Catarina **Jessé Lopes** (PSL) entregou para **Abraham Weintraub** um “dossiê” com casos de professores e alunos da UFSC que estariam, na ótica bolsonarista, fazendo balbúrdia.

As denúncias seriam da “esquerda universitária” fazendo “movimentos político-partidários irregulares”, o que “prejudica alunos que querem estudar”.

O ministro, depois de receber o “dossiê”, disse ter “com o que se divertir. Vamos abrir uns PADZinhos (Processos Administrativos). Vamos caçar o pessoal que ao invés de estar trabalhando para devolver ao pagador de imposto o dinheiro suado, fica fazendo balbúrdia”.

O vídeo do evento foi publicado nas redes sociais do deputado estadual.

Para a Associação dos Professores da UFSC (APUFSC), o deputado estadual e o ministro se “comportam como se vivêssemos numa ditadura, agredindo com escárnio a liberdade e a autonomia universitária garantidas na Constituição, e quebrando mais

uma vez com o decoro dos cargos públicos que ocupam”.

Weintraub e **Jessé** “voltam a atacar a comunidade acadêmica da UFSC com acusações e insinuações que não contribuem para a tranquilidade necessária à recente retomada das atividades normais da instituição, após a paralisação estudantil provocada pelos cortes de verbas”.

Os professores afirmam que **Jessé** tem pautado “sua atuação por invasões ao campus para provocar incidentes e a gravação não autorizada de vídeos, grotescamente manipulados, com o fim de comprometer professores, servidores e estudantes”.

O diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE), **Guilherme Bianco**, considerou “um completo absurdo um ministro falar o que ele falou. É um ataque claro à organização dos professores que lutam por uma causa justa, que é contra os cortes na educação, contra o projeto Future-se, contra a privatização das universidades”.

“Ficou claro, mais uma vez, que os ataques do Bolsonaro e do **Weintraub** à educação, àqueles que discordam deles, são ideológicos, não tem nada de técnico, de financeiro. É um ataque às liberdades democráticas das pessoas, dos professores universitários”, completou.



Everton Miguel dos Anjos, de 13 anos, entrou no mar para retirar o óleo que se espalhava pela praia e foi fotografado coberto com o material negro e viscoso

Gravação aponta conselheiro do TCE-RJ, Domingos Brazão, como “arquiteto do homicídio” de Marielle

O miliciano **Jorge Alberto Moreth** afirmou, em conversa telefônica com o vereador **Marcello Siciliano** (PHS), que o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), **Domingos Brazão** foi o mandante da execução da vereadora **Marielle Franco** (PSOL) e do motorista **Anderson Gomes**, em março de 2018. Segundo o miliciano, que atua na comunidade de Rio das Pedras, **Brazão** pagou R\$ 500 mil pela morte de **Marielle**.

O registro do diálogo faz parte de denúncia obtida pelo portal UOL, assinada pela ex-procuradora-geral da República, **Raquel Dodge**, enquanto ainda estava à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Raquel Dodge, quando ainda ocupava o cargo de procuradora-geral da República, apresentou ao Superior Tribunal de Justiça denúncia por obstrução no caso **Marielle**. A procuradora também pediu a federalização do caso.

Na gravação, o miliciano aponta os três verdadeiros assassinos da vereadora: **Leonardo Gouveia da Silva**, o **Mad**, **Leonardo Luccas Pereira**, o **Leléu**, e **Edmilson Gomes Menezes**, o **Macaquinho**.

Os indivíduos citados são matadores de aluguel do Escritório de Crime e chefiam uma milícia no Morro do Fubá, na zona norte do Rio de Janeiro, indicam investigações da Polícia Civil.

De acordo com **Moreth**, um dos líderes da milícia em Rio das Pedras - onde **Brazão** tem grande influência eleitoral -, o crime teve o comando de **Ronald**



Brazão teria pago R\$ 500 mil pela morte de vereadora

Paulo Alves Pereira, major da Polícia Militar (PM) e o apoio do major **Ronald Paulo**, que estava em outro carro no momento do assassinato. A ligação, encontrada no celular de **Siciliano** pela Polícia Federal, ocorreu em 8 de fevereiro de 2019. Na época, o vereador e o miliciano **Orlando Araújo** eram suspeitos de envolvimento no crime.

Moreth está preso desde maio. Também estão detidos o PM da reserva **Ronnie Lessa** e o ex-PM **Elcio Vieira de Queiroz**. Para a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro, eles são os assassinos da vereadora. Ambos negam participação no caso.

DIALOGOS

Na gravação, **Siciliano** pergunta a **Moreth** quem era o mandante do crime. O miliciano responde que havia sido **Brazão**, adversário eleitoral do vereador. “Os moleques foram lá, montaram uma cabrinha, fizeram o trabalho de casa, tudo bonito, ba-ba-ba, escoltaram, esperaram, papa-pa, pa-pa-pum. Foram lá e tacaram fogo nela [Marielle].”

O assassinato custou 500 mil e teria sido intermediado pelo ex-PM **Marcus Vinicius**

Reis dos Santos, o **Fininho**, também membro da milícia de Rio das Pedras.

Moreth: Sim. Tu não conhece o “Fininho” não cara, que trabalha pro **Brazão** aqui no Rio das Pedras não? (...) Ele fez esse contato, o bagulhinho foi quinhentos conto, irmão, pra matar aquela merda, quinhentos cruzeiros. Cada um levou uma pontinha, o carro saiu realmente lá de cima do Floresta [um clube na zona oeste do Rio], eles foram lá, tiraram foto, câmera, ba-ba-ba, só que o carro era um doublê e o carro já acabou, a arma já acabou. Um dos moleques já está foragido por outras coisas, eles têm pica pra caralho. De todos esses caras que morreram eles têm pica. Quem empurrou foi os três moleques a mando de Sr **Brazão**, simples.

Na conversa, **Moreth** diz não saber a motivação do crime. “Agora, a motivação do **Brazão**, se foi por motivo torpe, ou por ganância, ou por raiva da mulher, por qualquer coisa ... porque eles não acharam que ia dar essa repercussão toda, chefe!”

Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, confirma diagnóstico de tumor: ‘Vou vencer esse desafio’

O prefeito da capital paulista, **Bruno Covas** (PSDB), confirmou nesta segunda-feira (28) o diagnóstico médico que aponta o surgimento de um tumor em seu sistema digestivo.

“Não tenho dúvidas que vou vencer esse desafio. Quero agradecer as centenas de mensagens que tenho recebido de inúmeras pessoas. Ajuda muito a atravessar a tempestade”, disse o prefeito pelas redes sociais.

No domingo (27), exames realizados no hospital Sírio-Libanês, onde **Covas** está internado, localizaram um tumor e **Covas** foi submetido a uma laparoscopia diagnóstica - cirurgia menos invasiva, realizada por meio de vídeo, que coleta material para biópsia. O resultado do exame que permitirá saber se o tumor é benigno ou maligno.

No sábado (19), **Covas** sentiu-se mal, passou pelo pronto-socorro do hospital Albert Einstein e começou a fazer tratamento com antibióticos. Ele apresentou melhora

nos dias seguintes, mas piorou na quarta-feira (23), quando procurou o infectologista **David Uip**, que confirmou o diagnóstico de infecção na pele, mas decidiu recomendar a internação no Sírio-Libanês para mais investigações.

A essa altura, a perna do prefeito estava inflamada, e a panturrilha dura, o que sugeria uma trombose venosa profunda, o que foi confirmado por uma tomografia.

Exames posteriores diagnosticaram um tromboembolismo nos dois pulmões - quando um coágulo se desloca de alguma região do corpo para o pulmão.

O médico **Artur Katz** afirmou, durante coletiva no Hospital Sírio-Libanês, onde **Covas** está internado, que também há uma metástase no fígado e nos gânglios linfáticos. A metástase mostra que uma célula cancerígena saiu do estômago e seguiu para essas duas regiões.

O cirurgião **Raul Cutait** disse que é “uma pequena lesão no fígado”. “O fato de

não ter lesão no peritônio - membrana que reveste as paredes da cavidade abdominal e recobre órgãos abdominais e pélvicos - é uma boa notícia”, afirmou.

Bruno Covas iniciará o tratamento contra o câncer em um período de 36 horas. Este tipo de tratamento normalmente é ambulatorial, mas o prefeito deve permanecer internado ao menos até sexta-feira (1) por apresentar também embolia pulmonar.

O prefeito ainda permanecerá no cargo durante o procedimento. Aos médicos, ele disse que terá a responsabilidade de ficar no comando da prefeitura enquanto possível e só deixará o posto quando precisar.

Os médicos responsáveis pelo tratamento de **Covas** afirmam que em um período de seis a oito semanas eles poderão avaliar a eficácia ou não do tratamento quimioterápico. Ele passará por três sessões de quimioterapia e não está descartada uma eventual cirurgia após este período.



Relator defendeu o voto pela libertação dos presos durante sessão na Alerj

Alerj decide soltar deputados presos na Furna da Onça

Quatro deputados estaduais presos que estavam presos em Bangu 8 deixaram o presídio da zona oeste carioca no último dia 24. Em votação na terça-feira (22), deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovaram a libertação de cinco deputados presos na Operação Furna da Onça, um desdobramento da Lava Jato no Rio.

Por 39 votos a 25, os parlamentares aprovaram o projeto de resolução para libertar os parlamentares: **André Correa** (DEM), **Chiquinho da Mangueira** (PSC), **Luiz Martins** (PDT), **Marcus Vinicius Neskau** (PTB) e **Marcos Abrahão** (Avante).

Eles estavam presos preventivamente desde outubro de 2018. A Furna da Onça investigou a relação dos deputados presos com as negociatas da quadrilha de **Sérgio Cabral**, ex-governador do Rio que está preso.

Segundo o Ministério Público Federal, os deputados presos “são suspeitos de usarem a Alerj a serviço de interesses da organização criminosa do ex-governador **Sérgio Cabral** (MDB), que em troca pagava propina mensal durante seu segundo mandato (2011-14). De acordo com as investigações, a propina resultava do sobrepreço de contratos estaduais e federais”.

“A Alerj se transformou numa verdadeira propinolândia tamanha a quantidade de benefícios que eram repassados para esses deputados em troca do apoio”, disse, à época das prisões, o procurador regional da República **Carlos Aguiar**.

Segundo o Ministério Público, além do dinheiro, os investigados também eram beneficiados com o loteamento de cargos em diversos órgãos públicos do Estado. Os ex-presidentes da Alerj **Jorge Picciani** e **Paulo Melo**, ambos também do MDB e presos um ano atrás na operação Cadeia Velha, também comandavam a organização, afirmou a PF.

STF

A votação foi determinada na semana passada pela ministra do STF **Carmen Lúcia**. Ela atendeu ao pedido das defesas dos presos e considerou que as assembleias estaduais têm o mesmo poder do Congresso de votar a libertação de parlamentares.

Na decisão, **Carmen Lúcia** considerou que o plenário do STF decidiu por maioria “ser extensível aos deputados estaduais as imunidades formais previstas no artigo 53 da Constituição da República, devendo a prisão, que venha a ser decretada pelo Poder Judiciário de qualquer deles, ser submetida ao exame do Poder Legislativo estadual”.

A decisão do Supremo foi tomada em maio deste ano. Depois, portanto, da prisão preventiva dos parlamentares. Porém, a ministra entendeu que a continuidade da prisão, sem consultar a Alerj, contraria a interpretação do próprio STF.

Em março, mesmo da cadeia, os cinco foram empossados. Foi a primeira vez em que o livro de posse deixou o Parlamento. É direito para a penitenciária. Desde abril, no entanto, a posse dos presos foi impedida por uma liminar.

O projeto de resolução aprovado pela Alerj determina que os cinco ficam “impedidos de exercer os respectivos mandatos”.

SOLTURA

A decisão da Alerj agora será enviada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que irá adotar as medidas necessárias para a libertação. Sendo assim, cabe ao Tribunal expedir o alvará de soltura e comunicar a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Os deputados não poderão reassumir os mandatos nem ocupar gabinetes.

O deputado **Luiz Paulo** (PSDB) votou contra a libertação dos parlamentares, argumentando que eles já haviam apelado a várias instâncias judiciais, sem lograrem êxito, e que não cabia aos deputados fazerem juízo sobre a matéria.

“Passaram por três instâncias e a prisão preventiva continuou. Eles recorreram ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF e não lograram êxito em suas solturas. Razão pela qual eu não posso, como deputado, entender mais de Constituição e de legislação infraconstitucional do que cinco procuradores da República, cinco desembargadores federais e ministros de STJ e de STF. Só me cabia, perante a leitura da denúncia, votar pela manutenção da prisão”, disse **Luiz Paulo**.

FURNA DA ONÇA

A operação é baseada na colaboração de **Carlos Miranda**, que foi o “gerente financeiro” do esquema organizado por **Sérgio Cabral**. **Miranda** disse que o dinheiro do ex-governador ia para as mãos dos presidentes da Casa, **Jorge Picciani** ou **Paulo Melo**. Cabia a eles repartir a propina com outros integrantes do Legislativo. **Cabral** está preso desde novembro de 2016, com condenações que ultrapassam 180 anos de prisão.

Segundo **Miranda**, no entanto, alguns dos parlamentares também recebiam prêmios de **Sérgio Cabral** para atender os interesses da quadrilha na Assembleia. As verbas vinham de recursos desviados pelo Executivo estadual, inclusive de obras federais como o PAC.

Além da propina em dinheiro, a investigação descobriu que os deputados também eram “presenteados” com postos de trabalho em empresas como o Detran, por exemplo. Os parlamentares indicavam pessoas próximas, como parentes, para os cargos que eram “separados” pelo Poder Executivo.

Governo quer menos direitos para jovens e desempregados



C. Pereira é secretário-geral da CGTB
Pereira: PEC 171, pior a emenda que o soneto

CARLOS ALBERTO PEREIRA*

A compulsão destrutiva e insana de Bolsonaro se volta, mais uma vez, contra a organização sindical dos trabalhadores. Depois de sufocar financeiramente a arrecadação das entidades sindicais, anunciou que vai se lançar, agora, contra o sistema de unicidade sindical e, através de PEC (Proposta de Emenda Constitucional), instituir o mal denominado “pluralismo sindical”: vários sindicatos representando a mesma categoria.

O objetivo é desmantelar os sindicatos, travar a resistência dos trabalhadores à implantação de um regime de semiescravidão, com o fim de qualquer legislação de proteção ao trabalhador; à aposentadoria e, mais concretamente, de proteção às riquezas nacionais. É o neoliberalismo fundamentalista na economia e o fascismo na política.

Tão logo anunciadas as sinistras intenções do governo, os deputados federais Marcelo Ramos, do PL, e Paulinho da Força, do Solidariedade, se anteciparam a Bolsonaro e apresentaram Proposta de Emenda Constitucional – primeiramente nº 161, devolvida por falta de assinaturas, reapresentada sob o sugestivo número de 171, também devolvida, novamente por falta de apoio – propondo a revogação dos artigos 7º e 8º da Constituição e instalando o suposto “pluralismo sindical”.

Argumentam eles que essa é a política do “menor dano”: dar respaldo às iniciativas bolsonaristas, em contrapartida a uma ou outra suposta – ou ilusória – melhoria.

Mas... mal menor em relação a que, se Bolsonaro não enviou ainda proposta alguma de emenda constitucional ao Congresso?

Aliás, ninguém garante que a proposta dos deputados Marcelo Ramos (PL-AM) e Paulinho da Força (SD-SP) não seja pior do que aquela que Bolsonaro & cia. estavam tramando. Ainda, de quebra, assinando embaixo do desmantelamento dos sindicatos.

A proposta é muito ruim. Seriam vários sindicatos disputando a representação da mesma categoria. O “maior” falaria em nome dos outros, sem autorização ou delegação. O centro da luta, portanto, não seria mais contra os patrões. Seria um “pega pra capar” entre os sindicatos.

O número de sindicatos se multiplicaria, quem sabe, por dez, com as máfias sindicais, as milícias bolsonaristas, os patrões, entre outros, se lambuzando na disputa do terreno.

Paulinho declarou, ainda, ao anunciar a sua proposta de Emenda: “vamos acabar com a era Vargas”.

O que significou – e o que significa – a Era Vargas na História do Brasil, na História dos trabalhadores brasileiros?

A Era Vargas é um sinônimo de soberania nacional, controle da remessa de lucros; industrialização do país, criação do BNDE, da Siderúrgica de Volta Redonda, da Companhia Vale do Rio Doce, da Petrobrás, da Eletrobrás; do fortalecimento do mercado interno, do aumento do poder de compra do povo, do salário mínimo capaz de dar sustento a uma família; do maior crescimento econômico do mundo ocidental por cinco décadas, etc., etc.

O deputado Paulinho, portanto, quer acabar com a Era Vargas para aderir à era Bolsonaro.

A Plenária com dezenas de filiados da Força Sindical não gostou da iniciativa. Paulinho se retirou sob os protestos contra a sua proposta.

Há quem, ainda entorpecido pela eleição de Bolsonaro, argumente como muito oportuna a discussão – supostamente, para o fortalecimento da representatividade dos sindicatos.

Entretanto, para usar uma expressão popular, é viajar muito na maionese – mas muito mesmo – se iludir de que vai existir ampliação da liberdade sindical em um governo encabeçado por um fascista.

Ou, então, é, simplesmente, má fé.

Há quem repita que a CLT é cópia da *Carta del Lavoro*, do fascismo italiano.

Nada mais ignorante. Uma é o contrário da outra.

A *Carta del Lavoro* tem 30 artigos genéricos e reúne trabalhadores e empresários numa mesma “corporação”.

A CLT tem 922 artigos. Foi inspirada nos direitos conquistados pela revolução proletária de 1917 na Rússia. Elaborada, entre outros, por um de nossos mais destacados juristas: Arnaldo Sussekind. É fruto da Revolução de 1930, com conquistas como as 8 horas de trabalho, férias, salário mínimo, Previdência.

Getúlio Vargas anunciou a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, no 1º de maio de 1943. Além dos direitos, criou uma estrutura sindical unitária e seu autofinanciamento, com a contribuição sindical para garantir o custeio da mobilização na defesa dos direitos trabalhistas. Criou a Justiça do Trabalho, para garantir o cumprimento da legislação.

Unicidade Sindical é a unidade dos trabalhadores garantida na lei, é a autonomia sindical contra a interferência do patrão e de grupos oportunistas. É um sindicato representando toda categoria, com base mínima de um município.

A unidade é a alma da democracia sindical. A democracia sindical é a força do trabalhador. Unicidade significa todos os trabalhadores concentrarem suas forças contra o patrão em uma única direção, decidida na eleição sindical e nas assembleias. Significa toda a categoria ser beneficiada pela ação do sindicato, custeando sua entidade. Só existe pluralismo de verdade – pensamentos diversos convivendo lado a lado por um fim comum – na unicidade.

“Pluralismo sindical” é o contrário. É o exclusivismo sindical. É o neoliberalismo nas relações de trabalho. A concorrência entre os trabalhadores no lugar da unidade contra o patrão.

Com prudência, o presidente da CUT, Sergio Nobre, recém eleito, declarou, em entrevista ao Valor Econômico, que “não é hora de falarmos em reforma sindical”.

Dia 4 de novembro, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as Centrais Sindicais CGTB, CTB, NCST, CSB e o FST decidiram convocar uma Plenária Sindical em defesa da Unicidade Sindical e do Projeto de Lei 5.552/2019, do deputado Lincoln Portela, que regulamenta os artigos 7º e 8º da Constituição.

Este Projeto de Lei dispõe sobre o custeio da estrutura sindical, com a contribuição decidida em assembleia, o Conselho Sindical Nacional, entre outras providências.

* Secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)

Foto: reprodução vídeo



Fila de desempregados em mutirão do emprego realizado em São Paulo



Projeto de Lei regulamenta artigo 8º da Constituição e garante unicidade sindical

Um projeto de lei que regulamenta o artigo 8º da Constituição e garante a unicidade sindical, foi apresentado na Câmara pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG) na quarta-feira (16).

Trata-se do PL 5.552/19, que está sendo apoiado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e as centrais sindicais CTB, CSB e CGTB como uma alternativa à PEC 171, apresentada pelo deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que extingue a unicidade sindical e propõe que as convenções e acordos de trabalho só beneficiem associados a entidades sindicais.

O PL diz que “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau,

representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”.

Em sua justificativa, Lincoln Portela diz que o PL “mantém o regime da unicidade sindical e molda-se, com exatidão, às normas constantes do artigo 8º da Constituição Federal, notadamente as relativas à liberdade e à autonomia.”

Servidores públicos, trabalhadores avulsos e colônias de pescadores também estão incluídos no projeto.

O deputado defende ainda que a organização sindical é “um tema polêmico e de grande com-

plexidade, que precisa ser enfrentado por toda a sociedade”.

“A legislação hoje vigente, necessita de uma regulamentação que fortaleça as entidades sindicais, que estão cada vez mais pressionadas pelas mudanças no mundo do trabalho e pelas reformas na legislação”, afirma Portela.

O projeto de lei também propõe a criação do Conselho Sindical Nacional, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores, e trata do custeio das organizações sindicais.

Além das centrais acima, o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto, também manifestou apoio ao projeto.

“Vamos mobilizar nossas bases e conversar com os deputados contra o fim da unicidade”, diz Calixto

O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NSCT), Calixto Ramos, defendeu o projeto de lei PL 5.552/2019, que tramita no Congresso Nacional. O projeto regulamenta o artigo 8º da Constituição garantindo “o princípio da unicidade sindical, a representação por categoria, o sistema confederativo e a autonomia e soberania das assembleias gerais, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

De acordo com o presidente da Nova Central, o projeto, apresentado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), junto com a CTB, CSB e CGTB, “refere-se à estrutura sindical que temos até o momento, mas principalmente regulamenta o artigo 8 da Constituição Federal”.

“Nós apelamos, com muito vigor, que cada



Calixto Ramos é presidente da Nova Central

dirigente converse com seu deputado para aprovar esse projeto. Que tem como conteúdo principal a regulamentação do artigo 8º, motivo de amplo debate durante a constituinte e não queremos perder essa oportunidade”. “Apelamos a todos para fazer um trabalho junto a suas bases de representação. Cada sindicato procure o seu deputado”, conclamou o dirigente. As Centrais

estão se mobilizando para barrar uma proposta apresentada no Congresso Nacional que põe fim à unicidade sindical, a PEC 171, que foi apresentada pelo deputado Marcelo Ramos (PL-AM). No próximo dia 4, as entidades realizarão um “Ato Nacional em defesa da unicidade sindical”, às 9h, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Idéia do governo Bolsonaro é propor um novo modelo de contrato de trabalho com “um pouco menos de direitos”, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo pretende apresentar um projeto que prevê contratação de jovens que diminuam os direitos trabalhistas nos dois primeiros anos de contratação.

“É como defendeu o presidente durante a campanha. Tem um modelo com muitos direitos, mas poucos empregos. Podemos propor um novo com um pouco menos de direitos no início e que vai gerar mais empregos, principalmente para os jovens que estão entrando no mercado de trabalho”, explicou Guedes.

O que o governo propõe é isentar o patronal de sua contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), reduzir o percentual pago pela empresa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e também reduzir a multa rescisória de 40% para 20%, em casos de demissão sem justa causa. A medida atingiria jovens de 16 a 24 anos e trabalhadores de todas as idades que estejam desempregados há mais de dois anos.

As medidas estão sendo elaboradas pela equipe do secretário Especial de Previdência, Rogério Marinho, que também quer incluir no público alvo, além da juventude, trabalhadores que têm algum tipo de restrição física. Seguindo ele, esses têm baixa empregabilidade.

A proposta do governo

é se aproveitar do desemprego dos desempregados, para tirar-lhes direitos em prol de uma promessa de vaga no mercado de trabalho. Foi com esses mesmos argumentos que foi apresentada a reforma trabalhista, no governo Temer. Hoje, quase dois anos após a reforma trabalhista entrar em vigor, em novembro de 2017, o Brasil tem 12,6 milhões de pessoas procurando emprego, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mais recente mostra que a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em agosto.

A reforma trabalhista criou um cenário de maior vulnerabilidade das condições de trabalho no país, alterando cerca de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criando a figura do trabalhador intermitente (sem garantia de jornada fixa, portanto, sem salário fixo e sem vínculo com a empresa), e reforçou a possibilidade de terceirização da atividade-fim das empresas, por exemplo.

O ministro e sua equipe já haviam se pronunciado sobre o tema e agora aproveitam a aprovação do maior ataque após trabalhadores que foi a reforma da Previdência, para reduzir ainda mais direitos, atacando não só os idosos ao tirar o direito à aposentadoria, mas também agora os jovens ingressantes no mercado de trabalho.



Silvana Conti foi eleita diretora do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA)

Conti: “Precisamos criar uma frente contra ataques a direitos”

“Nosso desafio é criar um campo político para fazer frente aos ataques do governo ao funcionalismo, às privatizações, a venda do país”, declarou Silvana Conti, professora recém-eleita diretora jurídica do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA).

“Estamos num momento bastante difícil com o alinhamento da política ultraliberal nas esferas federal, estadual e municipal. Uma política voltada ao ataque contra os trabalhadores, visando a retirada de direitos”, afirmou Silvana.

“Nossa luta é para manter a garantia de um serviço público de qualidade, porque a população de Porto Alegre tem o direito de receber uma política pública de qualidade. E no momento, temos um prefeito gestor, truculento, ultraliberal que tem vem na contramão do serviço público de qualidade”.

“É nossa luta agora é essa. Um sindicato forte que seja um instrumento de luta em defesa da cidade. Somos os servidores e servidoras da cidade e estamos convivendo com um patrão que tira direitos. Por isso construímos um processo de unidade da categoria, com os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, e criar essa grande frente para os desafios que teremos no próximo período”.

Para a dirigente do sindicato, “desde o governo Temer, os trabalhadores e o serviço público estão sendo alvos dessa política arrasadora. Tivemos a Emenda 95, que limita os gastos, a reforma trabalhista e agora a reforma da Previdência. E o que representa esse

governo privatista que está aí. Quer acabar com o serviço público, vender o país. E o nosso desafio é criar um campo político para fazer frente a isso tudo”, afirmou.

Silvana Conti foi eleita pela chapa “Unidade Municipal para Lutar”, que mobilizou 3.347 municípios. A eleição encerrou no dia 18 de outubro e a chapa foi eleita com 57,59% dos votos.

Em manifesto após a vitória Silvana reafirmou a importância da unidade da categoria no combate às políticas que afetam a população de Porto Alegre e também de todo o país: “O projeto de Bolsonaro/Leite/Marchezan se coloca de costas para o povo brasileiro, para o RS e para a cidade de Porto Alegre, rompendo com o pacto social na cotidiana retirada de direitos e entrega das riquezas, do patrimônio público e dos direitos da classe trabalhadora.”

“O SIMPA neste último período buscou o diálogo e a negociação com o gestor, já que esta é um dos princípios fundamentais da democracia. Mas ao invés de dialogar o prefeito foi truculento, criminalizou e assediou os (as) servidores(as) públicos de Porto Alegre, e desta forma respondemos com muita luta nas ruas, organização e resistência”, afirma.

“Nosso grande desafio é continuarmos acumulando forças e dialogando com toda a população, a fim de seguirmos na construção de uma grande Frente em Defesa de Porto Alegre e Contra os ataques de Nelson Marchezan, o pior gestor que nossa cidade já teve”, ressaltou Silvana.

Levante popular derruba o gabinete ministerial chileno



Milhões nas ruas em todo o Chile – mais de 1 milhão, no dia 25, só em Santiago – forçaram a queda do gabinete ministerial de Piñera

Evo dedica vitória à decisão do povo de ir contra o “candidato das privatizações”

Com vantagem acima dos 10% necessários para ser proclamado vencedor no primeiro turno, Evo foi reeleito presidente da Bolívia. Pelas leis do país, isso se dá quando o candidato também ultrapasse os 40% dos votos. O cômputo geral divulgado pelo TSE é de 47,07% para Evo, contra 36,52% para o segundo colocado, Carlos Mesa, uma diferença, portanto, de 10,54%.

NÃO AO FMI

Assim que foram conhecidos os resultados e já como presidente reeleito, Evo, que durante a campanha proclamara: “aqui as políticas não serão mais ditadas a partir do FMI e sim elaboradas em acordo com o povo”, destacou que o povo boliviano decidiu contra os “privatizadores”. “Aqueles que são conhecidos popularmente como vende-pátria, agora são também os herdeiros dos golpistas”, acrescentou em entrevista concedida à Agência Boliviana de Informação.

“Passaram de vende-pátria a golpistas”, prosseguiu denunciando o agrupamento de políticos que se uniram a Carlos Mesa para formar a chamada “Coordenação em Defesa da Democracia”, com o intuito de desconhecer a decisão determinada pelo voto e alimentar distúrbios de rua com a finalidade de desestabilizar o país.

“Mesa mergulha na delinquência”, sentenciou Evo e o ministro da Presidência, Juan Ramón Quintana – que vem denunciando encontros de líderes opositores com funcionários na embaixada dos Estados Unidos – afirmou que “Carlos Mesa perdeu as eleições gerais e, portanto, a via constitucional para voltar à cadeira presidencial e, agora, busca a rota golpista com o apoio dos Estados Unidos e da extrema direita boliviana”. A vitória de Evo, foi a afirmação do modelo de desenvolvimento nacional com apoio em medidas de atenção



Evo celebra vitória com trabalhadores e camponeses

às exigências e necessidades do povo.

MODELO VITORIOSO

Em entrevista concedida ao Hora do Povo, dias antes das eleições, o ministro da Economia e das Finanças Públicas, Luis Arce, previra a vitória de Evo que seria a vitória a uma política que levou a Bolívia a liderar o crescimento na região pelo sétimo ano consecutivo ao adotar uma lógica “completamente contrária à neoliberal”, uma vez que está focada “principalmente no crescimento do mercado interno, na melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Luis Arce assegurou que foi a construção de bases econômicas sólidas o que permitiu avanços sociais extremamente importantes, como o da geração e elevação de renda, da diminuição da taxa de desemprego – de mais de 8% para 4% –, de eliminação do analfabetismo e redução da diferença entre ricos e pobres de 128 para 40 vezes.

A entrevista com Arce pode ser lida em: <https://horadopovo.com.br/luis-arce-bolivia-lidera-pelo-setimo-ano-consecutivo-o-crescimento-na-regiao/>

APOIO DE CAMPONESES

A vantagem necessária a Evo para a reeleição sem necessitar disputar o segundo turno veio somente com a chegada das atas das urnas das regiões mais distantes. No primeiro dia de apuração,

domingo, 21, com 83% das urnas contadas, Evo tinha uma vantagem de pouco mais de 7%.

Ao final daquele dia, Evo Morales, dizendo-se confiante nos votos vindas das regiões de predominância camponesa, afirmou que venceria no primeiro turno.

Já o segundo colocado, Carlos Mesa, declarou que haveria segundo turno com ele e Evo na disputa.

A apuração prosseguiu com a chegada das urnas onde votaram os mineiros de Potosí (cenário de históricas lutas de trabalhadores na década de 1970) e daquelas que receberam votos dos indígenas de povoados como Mojocoya e Tarabuco.

Também chegaram os votos dos bolivianos residentes no exterior. A diferença foi maior entre os que formam as grandes comunidades de bolivianos no Brasil e na Argentina.

A partir do momento em que a votação começou a garantir a vitória a Evo, o segundo colocado, Mesa, passou a declarar que não aceitava o resultado, o que foi a senha para a eclosão de tumultos por diversos pontos do país, incluindo ataques a escritórios departamentais do TSE e até ameaça de queima de urnas. Houve regiões onde, para se contar os votos, foi necessário o traslado de urnas.

Leia a íntegra da matéria em: www.horadopovo.com.br



Netanyahu ameaçou o editor de um dos jornais de maior circulação em Israel

Netanyahu tem ameaça a editor gravada: “Vou para cima de você com tudo”

“Se você me botar para baixo, vou para cima de você com tudo que eu tenho”, diz o primeiro-ministro de Israel, Bibi Netanyahu, em gravação divulgada no sábado, 26, pela TV israelense Canal 13.

O trecho acima faz parte de uma conversa em que Bibi ameaça retaliar o editor e principal acionista do jornal Yedioth Achronot (Últimas Notícias), o de maior circulação de Israel, Arnon (Noni) Mozes.

A conversa foi gravada em 2014, por Ari Harow, então chefe de Gabinete de Bibi. Harow, que confessa que esteve presente à reunião do premiê com o editor, entregou a gravação à Procuradoria-Geral de Israel, que está prestes a indiciar Netanyahu em três casos nos quais incorreu, segundo a acusação, nos delitos de “suborno, fraude e quebra de confiança”.

Pouco antes da conversa, Netanyahu havia prometido a Noni Mozes apoiar uma lei que prejudicaria o concorrente, jornal Israel Hayom. A aprovação da lei teria como contrapartida posicionamento e noticiário favorável a Netanyahu no jornal de Mozes.

A lei, conhecida como Lei Israel Hayom (Israel Hoje), já havia passado no parlamento por 43 a 23 votos e, com este placar, se vetada pelo primeiro-ministro, dificilmente teria o veto derrubado no Knesset.

O jornal Israel Hayom, é um jornal bancado por Sheldon Adelson, o maior capo de cassinos de Las Vegas e, até o acordo com Mozes, apoiador decidido de Bibi. O jornal é distribuído gratuitamente e a lei aprovada no Knesset, em 2014, oficialmente denominada “Lei de Defesa da Imprensa Escrita”, obrigava qualquer jornal a cobrar de seus leitores no mínimo a metade do preço do concorrente mais barato. Uma lei especificamente contrária ao jornal de Adelson.

Impressiona o fato de que o jornal e seu dono eram defensores de Bibi durante os sete anos de sua circulação mas, o premiê, interessado em ficar bem nas páginas de um jornal de maior prestígio, não hesitou em dar as costas a seu antigo “amigo” na primeira oportunidade.

Agora, com a divulgação das gravações, fica mais claro o porquê desta lei não ter sido promulgada: as reportagens do Yedioth não estavam – na opinião do premiê – suficientemente laudatórias a ele e seu governo.

Passemos aos principais trechos de gravação, conforme divulgado pela TV israelense:

Netanyahu a Mozes: – Se você me botar para baixo, virei para cima de você com tudo que eu tenho. Vai ser a missão de minha vida. Não deve haver nenhuma situação em que eu fique sob ataque. Tenho aqui as reportagens que você escreve. Elas são todas parciais.

Mozes responde: – Estou dizendo a você. Mandem-me um redator. Onde está o colunista com as opiniões?

Netanyahu retruca: – Não se trata de opiniões. São suas manchetes. Elas são parciais. Tudo é parcial.

Depois de uma longa investigação policial sobre este e mais dois outros casos, a Procuradoria arguiu Netanyahu há pouco mais de uma semana e, segundo os jornais israelenses, deve iniciá-lo oficialmente no início de dezembro.

Independente do indiciamento, as gravações – divulgadas nos primeiros dias em que, depois do fracasso de Netanyahu em formar governo (não obtendo o apoio de 61 dos 120 deputados do parlamento) e logo depois da indicação do opositor, Benny Gantz, com a mesma missão pelo presidente Reuven Rivlin – aumentam as chances de sucesso para Gantz na busca dos apoios necessários para formar seu gabinete como primeiro-ministro e aproximam Netanyahu da condição de presidiário.

NATHANIEL BRAIA

Eleições no Uruguai: Martinez, da Frente Ampla, é o mais votado no primeiro turno

Às 19:30 da noite, quando foram fechadas as urnas no Uruguai, já havia uma certeza: que o candidato Daniel Martínez, da Frente Ampla, era o ganhador, mas que a votação não lhe alcançava para impor-se no primeiro turno.

Com os dados computados, Martínez obteve 39,2% dos votos, frente a Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional (Branco), que obteve 28,6%. Em terceiro lugar, ficou o Partido Colorado com Ernesto Talvi (12,3%).

Envolto em uma bandeira do Uruguai, Martínez, ex-prefeito da capital, Montevideu, disse: “A força mais importante do Uruguai se chama Frente Ampla. É a aposta nas certezas, na estabilidade, ao trabalho e não a aposta no ajuste, com um destino incerto”, afirmou.

Segundo as leis eleitorais no Uruguai, para ganhar no primeiro turno é necessário que um candidato obtenha 50% mais um dos votos. Do contrário, os candidatos que ocupem os dois primeiros lugares irão a uma segunda votação, que neste caso está programada para o

24 de novembro próximo.

O economista Alberto Couriel, que foi durante 25 anos senador da FA, assinalou que enquanto a coalizão que apoiava Daniel Martínez sempre se preocupava pelo gasto social, o emprego e a saúde, a direita só pensa no déficit fiscal. “A direita vê o déficit fiscal como se representasse todos os males do mundo. Já conhecemos as experiências de Macri, Bolsonaro e Piñera. A direita, quer implementar um arrocho clássico: cortar o gasto, o que leva a uma menor demanda interna e à queda do salário real”, assinalou.

No domingo votouse ainda um plebiscito apresentado por setores do Partido Nacional que propunha uma reforma constitucional de corte repressivo como suposta solução para a insegurança vivida pelos uruguayos. Mas, segundo as pesquisas, a plataforma “Viver sem Medo” não conseguiu seus objetivos e não atingiu 50% dos votos para introduzir medidas como a pena de reclusão permanente e a criação de uma Guarda Nacional, tipo milícia, entre outras.

Oposicionista Cláudia vence e se torna a primeira prefeita da capital colombiana

A eleição da oposicionista Claudia López, a primeira mulher a se eleger prefeita da capital colombiana, Bogotá, neste domingo se deu no contexto de uma derrota generalizada dos candidatos do governo direitista e neoliberal de Iván Duque, que chegou apoiado no ex-presidente Álvaro Uribe. Cláudia vem de uma casa de gente humilde mas de alto nível cultural. Sua mãe foi professora e estimulou os estudos da filha que chegou à universidade, formando-se em... para depois chegar a deputada, notabilizando-se e tornando-se popular pela coragem de se dedicar ao combate à corrupção e aos milicianos que se imiscuíram na política da Colômbia.

Candidata pela Aliança Verde, superou outros candidatos opositores em uma eleição

na qual o candidato governista, Miguel Uribe, acabou ficando na última colocação.

As palavras de uma eleitora de Cláudia, Ester Sofia Gutiérrez, expressam o significado dos resultados destas eleições na Colômbia: “Voto em Cláudia porque conheço sua trajetória política. Ela tomou pulso e tem sido valente em escancarar todo esse fenômeno da parapolítica. Sua campanha contra a corrupção tem sido sensata. Filha de uma professora, sua proposta para a educação é muito possível, é trabalhar por uma educação para as pessoas com menos oportunidades”.

Ao celebrar a vitória Cláudia comentou: “Nunca transigi com as engrenagens, enfrentei o narcotráfico e arriscaria tudo na vida para livrar os colombianos da voracidade da corrupção e da violência, das minorias outrora

poderosas, outrora invencíveis que hoje derrotamos”.

Em outra das mais importantes cidades colombianas, Medellín, o prefeito eleito foi Daniel Quintero, ex-vice-ministro do ex-presidente Juan Manuel dos Santos que, ao chegar ao governo do país, se afastou do uribismo e esteve no centro das articulações e dos encontros em Havana com os guerrilheiros das Forças Armadas Colombianas, FARC, levando ao seu desarmamento e a passagem dos guerrilheiros para a militância no novo partido, Força Revolucionária Alternativa do Comum, preservando a mesma sigla, FARC.

Dois ex-guerrilheiros se elegeram prefeitos pela primeira vez: Guillermo Torres, por Turbaco e Edgardo Figueroa, em Puerto Caicedo.

Matéria íntegra em: www.horadopovo.com.br

Manifestações gigantes contra a devastação neoliberal, propalada por Guedes como modelo, além do repúdio às medidas de arrocho e repressão de Piñera já entram na segunda semana

Convocados por organizações sociais e sindicatos de trabalhadores, chilenos saíram, mais uma vez, em manifestações, na segunda-feira, tomando as ruas de diversos pontos da capital Santiago e em diversas outras cidades do país.

A maior concentração aconteceu na Plaza Baquedano, onde uma multidão recebeu uma coluna de milhares de ciclistas e motociclistas que, antes de seguirem até a concentração, circundaram a sede do governo, Palácio de La Moneda. Mais uma vez houve enfrentamentos com a polícia que atirou gás lacrimogêneo sobre os manifestantes.

É o 11º dia de protestos contra o modelo cultuado por Guedes, que deixou mais de 2 milhões de aposentados – em um sistema imposto pela ditadura de Pinochet – com menos de um salário mínimo. A isso se agrega uma elevação proibitiva dos serviços públicos, o que funciona como torniquete de arrocho sobre os trabalhadores chilenos. Só no mês de setembro, a conta de energia elétrica teve mais 9,2% de aumento, o que foi seguido pela elevação da tarifa do metrô, estopim da conflagração.

Eric Campos, presidente do Sindicato dos Metroviários de Santiago, declarou que essas ações – apoiadas pela Central Unitária dos Trabalhadores, CUT, como membro da Plataforma Unidade Social – “serão para manifestar uma vez mais que o Chile requer mudanças profundas para alcançar paz com justiça social, desenvolvimento econômico soberano e melhores condições de vida para todos. Por isso, devemos nos organizar e agir contra as políticas neoliberais que vêm nos afundando na pobreza durante 30 anos”.

O resultado imediato das maiores manifestações dos últimos tempos no Chile, que na sexta-feira, 25, levaram às ruas, milhões de pessoas em todo o país – mais de 1 milhão só em Santiago –, foi forçar a queda do gabinete ministerial do presidente Sebastián Piñera.

CAI O MINISTÉRIO

“Tenho pedido a todos os ministros que ponham seus cargos à disposição para poder estruturar um novo gabinete para ter condições de enfrentar estas novas demandas e fazer-nos cargo dos novos tempos”, disse no sábado. Mas o presidente não anunciou quem integrará a equipe. Os nomes poderão ser decididos entre o domingo e segunda-feira.

Além disso, decretou o fim do ‘estado de emergência’ e também foi levantado o toque de recolher em Santiago, Valparaíso e Concepción. No sábado, dia 26, a revolta social teve como epicentro o Palácio de La Moneda, sede do governo, e a Praça Itália, ambas no centro da capital, onde se reuniram dezenas de milhares de pessoas para manifestar ao presidente Sebastián Piñera que aos chilenos não bastam as medidas de fachada que seu governo até agora tem tomado.

O BASTA DE ARROCHO

A mudança de gabinete, mesmo que simbolize o fracasso das políticas

governamentais, em si mesma não significa a resolução da crise. “Quais são as propostas, quais as medidas para superar os problemas que o país enfrenta e seu povo que o governo pretende implementar? Não tem nada claro sobre isso”, declarou Bárbara Figueroa, presidente da Central Unitária de Trabalhadores.

Mais de 2 milhões de aposentados sob o sistema imposto pela ditadura de Pinochet recebem em média 880 reais mensais (160 mil pesos), e gastam quase um terço só em remédios; a metade dos trabalhadores chilenos recebe em média 1930 reais (350 mil pesos) de salário mensal, com alugueis, transporte e custo de vida acima de qualquer possibilidade de, com esses recursos, ter uma vida minimamente digna. Por isso, as reivindicações que foram colocadas pelos manifestantes são abrangentes: pensões dignas, reduzir o preço dos medicamentos, aliviar o endividamento dos chilenos, salários decentes, custo de vida controlado, transporte público melhor, etc.

CRUCIFICADOS

O Ministério do Interior reconheceu que já são 20 os mortos nas mobilizações, enquanto se avolumam as denúncias de violações de direitos humanos pelas forças policiais.

A polícia (carabineiros como são chamados no Chile), que parece não terem sido informados sobre promessas de Piñera de absorver as manifestações, voltaram a reprimir, lançando gás lacrimogêneo.

A crucificação está entre uma das mais bárbaras das torturas policiais relatadas nestes dias de levante popular. Três homens e um adolescente de 14 anos foram presos por policiais e “crucificados” em uma antena da delegacia no bairro de Peñalolén.

Frente às violações sistemáticas dos direitos humanos que se registraram nos últimos dias, o Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) do Chile realiza percursos por hospitais, cárceres e comissões para observar o funcionamento das forças de segurança.

O organismo informou que até a noite da sexta-feira, 25, eram 3162 as pessoas detidas, das quais 343 são menores de idade. Encontram-se hospitalizadas 997 pessoas, com feridas por armas de fogo 443 e por balas de borracha 24. Os processos denunciando violações sexuais chegam a 15. O INDH registrou relatos que denunciam simulacros de execução, maltrato físico e verbal.

MÚSICA

Tomando conta das ruas de muitas maneiras, em distintas praças de Santiago grupos musicais e artísticos realizam emocionantes mostras e eventos culturais. Em muitas esquinas são organizadas assembleias populares, chamadas cabildos abertos, nas quais os vizinhos se juntam para discutir soluções e buscar uma saída de verdade para a crise. E, enquanto isso, as panelas continuam ressoando em todo o território chileno.

SUSANA LISCHINSKY

Tropa de choque de Trump fracassa ao tentar bloquear o impeachment na Câmara

Uma tropa de choque de aproximadamente 24 deputados republicanos na quinta-feira (24) tumultou os trabalhos do inquérito de impeachment, mantendo ocupada, por cinco horas, a sala do Congresso norte-americano em que são ouvidos os depoimentos daqueles que são convocados pelas comissões da Câmara envolvidas.

“A batalha política transformou-se assim por várias horas em um ato de teatro, com o presidente como um personagem tragicômico que continuou a acusar todos os seus críticos de inimigos da democracia, incluindo hoje os republicanos de seu próprio governo, que ele suspeita serem injustos”, registrou o colunista do *La Jornada*, David Brooks, direto de Nova Iorque, descrevendo a tentativa de Trump de questionar o processo de impeachment como “uma tentativa de golpe de estado dos democratas”.

O depoimento de Laura Cooper, oficial do Pentágono que supervisiona a política sobre a Ucrânia, finalmente começou no meio da tarde, depois que a tropa de choque deixou o local, denunciando “o viés” e “a falta de transparência”. O líder da bancada republicana, Steve Scalise, se entusiasmou tanto que até acusou os próceres democratas de “táticas no estilo soviético” – seja lá o que isso queira dizer.

A brigada trumpiana foi a primeira consequência do puxão de orelha nos parlamentares republicanos por Trump, que exigiu deles que suem a camisa para defender o incomparável presidente que vem usando fazer a América grande de novo.

Pesquisas de opinião apontam que está aumentando o apoio ao impeachment. O processo de impeachment foi desencadeado quase um mês atrás, quando um agente da CIA denunciou que tinha ouvido de outros agentes que teriam presenciado um telefonema do presidente Trump ao presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em julho, em que, abusando de seu poder, pediu a um governo estrangeiro para interferir nas eleições de 2020 nos EUA em benefício de seus fins políticos pessoais.

As preocupações de Trump cresceram com o depoimento do embaixador interino dos EUA na Ucrânia, William Taylor, a portas fechadas na Câmara de Deputados, na terça-feira.

Depoimento que, segundo o portal progressista Peoplesworld, “dizimou” a alegação do presidente Trump de que não houve contrapartida – “quid pro quo”, em termos jurídicos – na pressão sobre Zelensky, para que investigasse a corrupção do então vice de Obama Joe Biden na empresa de gás Burisma e a ingerência nas eleições de 2016, para que uma ajuda militar de quase 400 milhões de dólares fosse liberada.

Integra da matéria em www.horadopovo.com.br

Fernández e Cristina derrotam Macri, o candidato da submissão ao FMI



Fernández: “Vamos restaurar a Argentina e pôr fim a esta época de mentiras”

Iraquianos exigem emprego, água, luz e saúde. Governo mata 40 manifestantes

No retorno dos protestos no Iraque contra os apagões, a falta de água, o desemprego e a corrupção, 40 manifestantes foram mortos e mais de 2 mil ficaram feridos na sexta-feira (25), segundo a Reuters. O repúdio ocorreu na capital e nas províncias do sul.

Nas manifestações anteriores no início do mês nas mesmas regiões, forças de repressão e franco-atiradores mataram 149 civis, segundo relatório oficial, que registrou ainda que 70% dos mortos foram a tiros “na cabeça ou no torso” e admitiu que o governo “perdera o controle” sobre as forças de segurança ativadas.

O que não impediu o detestado primeiro-ministro Adel Abdul Mahdi de, na véspera, ameaçar os manifestantes de que “a violência não seria tolerada” e advertir sobre “o caos”. No decorrer dos protestos ele prometeu fazer um ministério e remendar algumas leis.

O principal líder religioso xiita do país, aiatolá Ali Sistani, em sermão lido nessa sexta-feira, conclamou todos os lados à contenção.

Na capital, Bagdá, manifestantes tomaram a praça Tahir tentaram entrar na Zona Verde, onde ficam os ministérios e as embaixadas, e que se tornou um símbolo da ocupação e da corrupção.

O fato de que dezesseis anos após a invasão e o assassinato do presidente Sadam o Iraque, um dos países mais ricos em petróleo do mundo, não consiga pagar salários dignos, proporcionar empregos ou pelo menos ter um

sistema elétrico que funcione e garantir água potável, é expressão da devastação trazida pela guerra de W. Bush – a do “sangue por petróleo” e da mentira das “armas de destruição em massa”.

Mahdi, agora primeiro-ministro, foi ministro das Finanças do primeiro governo fantoche, que desde então manteve a curiosa particularidade de ser ao mesmo tempo pró-americano e pró-iraniano.

“FORA, LADRÕES!”

“Tudo o que queremos são quatro coisas: empregos; água, eletricidade e segurança. E tudo o que queremos”, disse Ali Mohammed, 16 anos, que cobria o rosto com uma camiseta para evitar a inalação de gás lacrimogêneo, enquanto cenas caóticas dominavam a praça Tahir, no centro de Bagdá, como registrou a Reuters. Manifestantes rechaçavam os colaboracionistas ao governo: “fora, ladrões!”

Com o passar das horas, a indignação foi aumentando, com milhares de manifestantes, apesar da chuva torrencial, empunhando bandeiras iraquianas, brandando o cântico patriótico tradicional de “com nossa alma, nosso sangue, por ti Iraque”. Cântico que em outros tempos a rua árabe já bradava pelo gigante Nasser e pelo mártir Sadam.

Um manifestante ouvido pela agência de notícias britânica, Salah Mohamad, disse que “o que queremos é que o governo seja derru-

Parlamento britânico derruba a “urgência” e Brexit de Boris para o dia 31 sobe no telhado

Apesar de, pela primeira vez, uma proposta de acordo do Brexit ser aprovada pelo parlamento britânico na terça-feira (22) por 329 a 299, só durou minutos a alegria do primeiro-ministro Boris Johnson – também conhecido como BoJo – e na votação seguinte sobre a urgência na tramitação a moção governista foi derrubada por 322 votos a 308.

O que inviabiliza a saída da União Europeia no dia do Halloween, 31 de outubro, como o primeiro-ministro diz que vai ocorrer de qualquer jeito.

A aprovação preliminar é para dar início à apreciação do legislativo, cabendo, ainda o debate de emendas. Haverá, depois, a votação do acordo em terceira leitura.

Após o fiasco, o governo Johnson afirmou que estava paralisando os procedimentos de aprovação do acordo enquanto aguardava a resposta da UE sobre o pedido de adiamento da data de saída (o das três cartas).

Essa segunda votação era para atropelar a lei de 2010, que exige que qualquer tratado que a Grã Bretanha queira assinar seja apresen-

tado ao parlamento com 21 dias de antecedência.

A pretensão de Johnson era aprovar seu acordo de Brexit a jato, até esta quinta-feira, tendo divulgado o teor – em 115 páginas e 126 anexos – na segunda-feira à noite.

DEBOCHE

O que foi recebido pela maioria dos deputados como um deboche ao parlamento, dada a evidente impossibilidade de qualquer discussão minimamente séria sobre a mais importante – e divisiva – decisão da nação britânica em décadas em um tempo tão exiguo, três dias.

Após a votação, o líder trabalhista Jeremy Corbyn disse que Johnson era o “autor de seu próprio infortúnio” e conclamou o primeiro-ministro a trabalhar com a oposição para estabelecer um “cronograma razoável” de tramitação do acordo Brexit.

“Trabalhe com todos nós para concordar com uma agenda razoável de processamento, e tenho a intuição de que esta Câmara lhe dará luz verde para poder

bado”, depois de denunciar a repressão aos protestos. “Queremos que o Irã parta e vá embora, queremos que os EUA se vão e deixem o povo iraquiano decidir”, afirmou, condenando o estranho consórcio entre Washington e Teerã para manter o Iraque submetido e miserável, como denuncia a oposição baalista, mantida na clandestinidade sob a constituição escrita pela Casa Branca e mantida até hoje.

Os manifestantes também exigiram o fim do sistema político sectário, que funciona como a base da corrupção vigente, ao lotear o governo entre colaboracionistas e ladrões por credo ‘religioso’ e ‘etnia’. Segundo o Alto Comissariado dos Direitos Humanos, que é um órgão oficial, houve oito mortos na capital.

As cenas de Bagdá se repetiram de forma ainda mais intensa nas províncias do sul e de acordo com a BBC metade dos mortos ocorreu na tentativa de invadir prédios governamentais e sedes de agremiações notórias pela ladroagem e de milícias sectárias, ligadas ao morticínio de 149 civis há duas semanas.

Em Basra, terceira maior cidade do Iraque, imagens da Reuters mostraram manifestantes resistindo com pedras à tropa de choque em meio a nuvens de gás lacrimogêneo. Carros de polícia foram incinerados, enquanto jovens socorriam feridos como podiam. Houve três mortos, segundo fontes da segurança.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

analisar, debater e, espero, melhorar o texto. Essa seria a única maneira razoável de avançar e é a proposta que faço hoje em nome da oposição”, afirmou.

Já Johnson – que cantara vitória na votação inicial – lamuriou-se que o parlamento novamente “criou mais incertezas” sobre o Brexit e chamou o segundo resultado de “voto pelo atraso”.

Antes da votação da urgência, Johnson ameaçara retirar o projeto de acordo e convocar eleições antecipadas até o Natal, mas não voltou a falar no assunto.

Após a rejeição, pelo parlamento, da tramitação sumária, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, disse que recomendaria aos 27 países membros da UE que aceitassem o pedido do Reino Unido por um adiamento de 90 dias, para evitar um cenário de não-acordo. “Para isso, eu proporei um procedimento por escrito”, tuitou, o que evitaria o desgaste de fazer nova cúpula europeia.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

O presidente eleito disse à multidão, após o anúncio da vitória, que “hoje marcamos o fim de um ciclo em nosso país que só fez enriquecer uns poucos e machucar o povo”

LEONARDO WEXELL SEVERO,* de Buenos Aires, Argentina

O candidato da Frente de Todos, Alberto Fernández, foi eleito presidente da Argentina neste domingo (27) derrotando o atual mandatário e candidato do Fundo Monetário Internacional (FMI) à reeleição, Mauricio Macri, por 48,03% a 40,45%.

Com 97,58% dos votos apurados, não havia forma de reversão. No país, para vencer a eleição é necessário obter 45% dos votos ou 40%, com pelo menos dez pontos percentuais de vantagem sobre o segundo colocado.

Alberto Fernández tem como companheira de chapa Cristina Kirchner, senadora, ex-presidente (2007-2015) e viúva do também ex-presidente Néstor Kirchner, falecido em 2010 e que é um ícone nacionalista.

Bastante emocionado, Fernández, que foi chefe de governo de Néstor (2003-2007), agradeceu: “Obrigado, Néstor, onde você estiver, você semeou o que estamos vivendo”. A homenagem não pairava solta no ar, se fazia presente em camisetas com a sua imagem de braços abertos, “Insuportavelmente vivo”, em banners, fotografias e botons.

Saudando a multidão que tomou o QG da Frente de Todos e lotava as ruas ao seu redor, o presidente eleito frisou que “hoje marcamos o fim de um ciclo que só fez enriquecer uns poucos e machucar o nosso povo”. Mas no dia 10 de dezembro, assinalou, quando tomarmos posse, “começaremos a reconstruir o país porque não somos a Frente de nós mesmos, mas a Frente de Todos”, “Devemos convocar todos que querem construir os mesmos horizontes que queremos alcançar. Não vai ser fácil a tarefa. Mas faremos juntos, todos e todas”, enfatizou.

MISERABILIDADE

A crise econômica se agrava a olhos vistos, vitimada com um pacote de US\$ 57 bilhões assinado no ano passado com o FMI, que já impôs uma série de medidas que aumentaram em mais de 1.000% (mil por cento!) as tarifas de água e energia. E visível pelas ruas da capital, Buenos Aires, a multiplicação da pobreza, o agravamento da miserabilidade e da delinquência.

Um ponto chave do futuro governo, adiantou Alberto Fernández, diante do sequestro da democracia pelas oligarquias financeiras, será a defesa do interesse nacional e produtivo, demarcando campo com os especuladores, como fez Néstor Kirchner. “Quando Néstor pagou o Fundo Monetário Internacional e nos liberou da política do FMI, não foi Néstor que pagou. Foi o povo argentino. Estou convencido que, comigo e Cristina, construiremos a Argentina que merecemos”, frisou, sob aplausos.

Para Cristina Kirchner, “o que está acontecendo no Chile e o que aconteceu recentemente no Equador tem de abrir nossa cabeça. Não só a nós, políticos, mas dirigentes sociais, dirigentes empresariais, sobre o modelo que queremos para as nossas sociedades”. O que acontece hoje na Argentina e em toda a região, alertou a vice-presidenta eleita, “é a demonstração clara que precisamos de mais democracia e que a economia também seja democratizada”.

Como resultado do agravamento da crise, o responsável pelo fechamento de

45 empresas diariamente, pelo crescimento da inflação, do arrocho salarial e do desemprego, o macrismo, também foi derrotado na província de Buenos Aires, onde o novo governador será Axel Kicillof. Ex-ministro de Economia do segundo governo de Cristina, Axel conquistou mais de 50% do eleitorado com sua trajetória e compromisso desenvolvimentista.

“A Argentina deixada por Macri é de terra arrasada”, assinalou Axel, frisando que “qualquer leitura dos números mostra que, após quatro anos, houve uma queda brutal no Produto Interno Bruto (PIB)”. “É um retrocesso de quase 10% em apenas quatro anos. A taxa de desemprego foi duplicada. Não é um número vazio”, condenou.

Atuando abertamente pela sabotagem do futuro governo, os grandes conglomerados privados de mídia passaram a alertar Fernández e Cristina para que não mexam nos “acordos com o FMI”, uma vez que “mudanças na política econômica” – como uma renegociação soberana da dívida – poderia vir a abalar os “mercados”, “trazer problemas” e “incertezas” para a Casa Rosada.

PÁTRIA OU DÓLAR

No seu livro “Pátria ou dólar – Banco Central, corporações e especulação financeira”, o economista argentino Alejandro Vanoli avalia os governos peronistas de Néstor e de Cristina, dando inúmeros exemplos de recuperação da soberania e da dignidade a partir do “enfrentamento ao poder corporativo nacional e multinacional”.

Ex-presidente dos dois principais organismos para a regulação monetária e financeira da Argentina, o Banco Central e a Comissão Nacional de Valores (CNV), Vanoli aborda casos emblemáticos. Entre outras medidas, durante sua gestão na CNV, ocorreu a reestatização/nacionalização das Jazidas Petrolíferas Fiscais (YPF) – a Petrobrás do país vizinho – que havia sido “vendida” por Carlos Menem à espanhola Repsol, caso que abordaremos nesta página.

Já há dois anos, o patriota argentino defendia que diante do “aprofundamento neoliberal” feito pelo governo Macri, era “preciso ajudar a pensar, debater e atuar, para clarear a máquina de mentiras, desinformação, ocultamento e confusão de tantos cidadãos, e assim podermos reverter o mais rápido que se possa o retrocesso sofrido desde o final de 2015”.

Pelo que pudemos assistir na noite de hoje, diante do rufar dos tambores da militância peronista e dos olhares e aplausos esperançosos das famílias que se somaram à festa da vitória, Alberto e Cristina chegam com o compromisso de virar a página de traição e submissão.

* Leonardo Wexell Severo é jornalista da Hora do Povo e integra o Coletivo de Comunicação Colaborativa ComunicaSul, que está cobrindo as eleições na Bolívia, Argentina e Uruguai com o apoio das seguintes entidades: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Diálogos do Sul, SaibaMais, Fundação Perseu Abramo, Fundação Mauricio Grabois, CTB, CUT, Adurn-Sindicato, Contee, CNTE, Sinasefe-Natal, Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, Sindsep, Sinpro-MG e Apeoesp.

Eça de Queiroz: o Brasil, Portugal e a civilização - 2

Continuação da edição anterior

Só de passagem, e para aproveitar a viagem, o início desse artigo de Graciliano parece ultrapassar o momento e o acontecimento que o motivaram:

“Os antigos religiosos fanáticos que transformavam em estrebrias os templos de seus adversários, que escreviam injúrias nas paredes das igrejas, que misturavam aos ossos de santos carcaças de animais não desapareceram da terra sem que deixassem a certos homens de hoje uma herança de ódio, de intolerância, de todos os sentimentos torpes que determinam vinganças mesquinhas” (cf. op. cit., p. 14).

Mais exato ainda porque, já nessa época, Graciliano reconhecia o papel da violência na História — este é o conteúdo do parágrafo que vem a seguir, no mesmo artigo. Mas não é da violência em geral, mas da barbárie, condensada na destruição da estátua de Eça de Queiroz, que ele está falando.

Porém, voltemos ao jornalismo brasileiro de Eça de Queiroz.

Escolhemos o texto abaixo para oferecer aos nossos leitores porque expõe, diretamente, o modo pelo qual Eça de Queiroz via as relações entre Brasil, Portugal e a Inglaterra.

É, além do mais, um exemplo do — hoje — famoso humor de Eça.

Porém, houve uma dúvida: se a menção de Eça à “teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina” não iria levar água ao esgoto (não há moinho) bolsoneirista, que

se empenha em uma falsa campanha, supostamente pela “soberania nacional” (e que se dane a democracia, logo, também a soberania nacional).

Porém, a independência nacional, assim como o verde-amarelo, pertence a nós, o povo brasileiro.

Se algum canalha tentar usá-los para seus torpes fins, em tudo opostos aos do país, da Nação, do povo, mais uma razão para que os brasileiros os afirmem como seus.

Abaixo, o texto de Eça de Queiroz, sobre o artigo do *The Times* a respeito do Brasil, publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1880.

Na época, o *The Times* era o órgão da grande burguesia inglesa, a dominante no mundo — como diz Eça, era um órgão da *City*, isto é, do centro financeiro inglês. Mas isso não acontecia apenas do ponto de vista daquilo que o *Times* publicava.

Como notam Juan Carlos Herken Krauer e María Isabel Giménez de Herken, em seu livro sobre a Guerra do Paraguai, a rede de correspondentes e enviados do *The Times* funcionava como uma espécie de “agência de inteligência” do governo inglês e da burguesia inglesa (v. Juan Carlos Herken Krauer e María Isabel Giménez de Herken, **Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza**, Editorial Arte Nuevo, Asunción, 1983).

Mas, como diria Eça, basta de cavaqueira. Vamos ao artigo do homem.

C. ARLOS LOPES

O Brasil e Portugal

EÇA DE QUEIROZ

Os jornais ingleses desta semana têm-se ocupado prolixamente do Brasil. Um correspondente do *Times*, encarregado por esta potência de ir fazer pelo continente americano uma “visitoria social” definitiva deu-nos agora, em artigos repletos e maciços, o resultado do seu ano de jornadas e de estudos.

O último artigo é dedicado ao Brasil: eu, que nunca visitei o império, não tenho naturalmente autoridade para apreciar essas revelações (porque o correspondente toma a atitude de um revelador) sobre a região, a cultura, os produtos, o comércio, a emigração, o caráter nacional, o nível de educação, a situação dos portugueses, a dinastia, a Constituição, a república, *et de omni re braziliensis* e não posso transcrevê-las também porque elas enchem, no *Times*, vasto como é, mais espaço que o próprio Brasil ocupa no território da América do Sul. Esse artigo excitou o interesse e os comentários da *Pull-Mall Gazette* e de outros jornais, e aí se rompeu a falar do Brasil com simpatia, com curiosidade, com essas admirações ingênuas pela sua utilitável flora, esse pasmo quase assustado pela sua vastidão, que decerto tiveram nossos avós, quando o bom Pedro Álvares Cabral, largando a procurar o Preste João, voltou com a rara nova das terras entrevistadas do Brasil...

Devendo mostrar-lhes a opinião presente da Inglaterra sobre o Brasil, desses artigos floridos, escolho o do *Times*, anotando e glosando o trabalho do seu enviado. (É deste modo respeitoso que se deve falar sempre de um correspondente do *Times*).

Começa, pois, o grande jornal da *City* por dizer — “que a descrição do vasto Império do Brasil com que foi fechada a série das cartas sobre o continente americano, deve ter feito transbordar o sentimento de admiração pelo esplendor etc...” Seguem-se aqui naturalmente vinte linhas de êxtase. E, em prosa, a ária do 4º ato da *Africana*: Vasco da Gama, de olhos úmidos e coração suspenso no enlevo de tanta flor prodigiosa, de tão raros cantos d’aves raras... Depois vem o espanto clássico pela extensão do Império: “Só o simples tamanho de um tal domínio (exclama) na mão de uma diminuta parcela de humanidade é já em si um fato suficientemente impressionador!”

E todavia esta admiração do *Times* pelo gigante é misturada a

um certo patrocínio familiar, de ser superior, — que é a atitude ordinária da Inglaterra e da imprensa inglesa para com as nações que não têm duzentos couraçados, um *Shakespeare*, um *Bank of England*, e a instituição do *roast-beef*... Neste caso do Brasil, o tom de proteção é raído de simpatia...

Depois o artigo rompe de novo num hino: “A natureza no Brasil não necessita do auxílio do homem para se encher de abundâncias e se cobrir de adornos!... Para seu próprio prazer planta, ela mesma, luxuriantes parques! E não há recanto selvagem que não faça envergonhar as mais ricas estufas da Europa...” Isto é decerto exato: mas o *Times*, receando que os seus leitores viessem a supor que a natureza do Brasil está de tal modo repleta, tão indignamente atestada, que não permite, que se recusa com furor a receber no seu ventre empanturrado uma semente mais sequer — apressa a tranquilizá-los: “Mas (diz este sábio jornal judiciosamente) ainda que a natureza dispense bem todo o trabalho do homem, que outros solos menos generosos requerem para se abrir em flores e frutos, — não o repele todavia”. Isto sossega os nossos ânimos: ficamos assim certos que nenhum fazendeiro, nos distantes cafezais, ao atirar à terra, a terra mãe, com a enxadada fecundadora a semente inicial, corre o risco atroz de ser por ela atacado à pedrada ou a golpes de bananeira... Nem outra cousa se poderia esperar da doce e pacífica Ceres.

Tendo assim floreado, de penacho oratório ao vento, o *Times* investe com as ideias práticas. E começa por declarar, que, segundo o copioso relatório do seu correspondente, “o que surpreende na América do Sul, (se excetuarmos aquela tira de terra que constitui a república do Chile, e alguns bocados da costa do enorme império do Brasil) é a grandeza de tais recursos comparada à desapontadora magreza dos resultados”. Seria fácil responder com a escassez da população. O *Times* de resto sabe-o bem, porque nos fala logo dessa população nas repúblicas espanholas, mas não a acha escassa; o que acha é torpe!... A pintura que nos dá do Peru, Bolívia, Equador e consortes é ferina e negra: “Essa gente vive numa indolência vil, que não é incompatível com muita arrogância e muita exagerada vaidade! Desses torpor só rompe, por acesso de frenesi político. Todo o trabalho aí compreendido para fazer produzir a natureza é dos estrangeiros: os naturais limitam-se a invejá-los, a



detestá-los por os verem utilizar oportunidades que eles mesmos não se quiseram baixar a usar!” Isto é cruel: não sei se é justo: mas entre estas linhas palpita todo o rancor de um inglês possuidor de maus títulos peruanos. “E se o nosso correspondente (continua o artigo) oferece de alto o Brasil à nossa admiração, não é em absoluto, é relativamente, em contraste com os países que quase o igualam em vantagens materiais, como o Peru e o Rio da Prata, mas onde a discórdia intestina devora e destrói todo o progresso nascido da atividade estrangeira. O Brasil é português e não espanhol: e isto explica tudo. O seu sangue europeu vem daquela parte da Península Ibérica em que a tradição é a da liberdade triunfante, e nunca suprimida”. O *Times* aqui abandona-se com excesso às exigências rítmicas da frase: parece imaginar que desde a batalha de Ourique temos vindo caminhando numa larga e luminosa estrada de ininterrompida democracia!...

Mas, enfim, continua: “Quando o Brasil quebrou os seus laços coloniais não tinha a esquecer feias memórias de tirania e rapacidade; nem teve de suprimir genericamente todos os vestígios de um mau passado”. Com efeito, pobres de nós! Nunca fomos decerto para o Brasil senão amos amáveis e timoratos.

Estávamos para com ele naquela melancólica situação de um velho fidalgo, solteiro arrasado, desdentado e trópego, que treme e se baba diante de uma governanta bonita e forte. Nós verdadeiramente é que éramos a colônia: e era com atrozest sustos do coração que, entre uma *Salve Rainha* e um *Lausperene*, entendíamos para lá a mão à esmola...

O *Times* prossegue: “Ainda que independente, o Brasil ficou português de nacionalidade e semi-europeu de espírito. Pelo simples fato de se sentir português, o povo brasileiro teve, e conserva, o instinto do grande dever que lhe incumbe: tirar o partido mais nobre da sua nobre herança... Sejam quais tenham sido os erros de Portugal, não se pode dizer que se tenha jamais contentado com o mero número das suas possessões, sem curar de lhes extrair os proventos...” O *Times* aqui dormita, como o secular Homero.

E justamente o que nos preocupa, o que nos agrada, o que nos consola é contemplar simplesmente o número das nossas possessões: pôr-lhes o dedo em cima, aqui e além, no mapa; dizer com voz de papo, ore rotundo: “Temos oito; temos nove: somos uma nação colonial, somos um povo marítimo!...” Enquanto a *extrair-lhes os proventos*, na frase judiciosa do *Times*, desses detalhes miseráveis não cura o pretor, nem os netos de Afonso de Albuquerque!... Mas prossegue o *Times*: “O império colonial de Portugal talvez tenha sido outrora caracterizado por desfortuna — quase nunca por estagnação.” Talvez é bom: com o império do Oriente no nosso passado, que é um dos mais feios monumentos de ignominia de todas as idades... Continuemos.

“Da origem donde o Brasil deriva a sua atividade, deriva também (o que não é menos importante) o respeito pela opinião da Europa. O vadio das ruas de Lima, de Caracas ou de Buenos Aires nutre um soberano desprezo pelos juízos que a Europa possa formar das suas tragicomédias políticas... Não tem consciência de cousa alguma, a não ser do seu *sangue castelhano*... Sente decerto o inconveniente de

ser expulso do crédito e das bolsas da Europa... Mas avalia esta circunstância apenas pelos embaraços momentâneos que ela lhe traz. O financeiro brasileiro, porém, esse presta uma tão respeitosa atenção ao *temperamento* das bolsas de Paris e Londres, como ao da mesma praça do Rio de Janeiro...”

O *Times* vê neste sintoma a consideração que o Brasil tem pela opinião da Europa.

Mas, onde o *Times* se engana é quando pretende que o Brasil deve ao seu sangue português esta bela qualidade de obedecer aos juízos do mundo civilizado. Não há país no universo, onde se despreze mais, creio eu, o julgamento da Europa, que em Portugal: nesse ponto somos como o vadio das ruas de Caracas, que o *Times* tão pitorescamente nos apresenta: porque eu chamo desdenhar a opinião da Europa não fazer nada para lhe merecer o respeito. Com efeito, o juízo que de Badajoz para cá se faz de Portugal, não nos é favorável, nós sabemos-lo bem — e não nos inquietamos! Não falo aqui de Portugal como Estado político. Sob esse aspecto gozamos uma razoável veneração. Com efeito, nós não trazemos à Europa complicações importunas; mantemos dentro da fronteira uma ordem suficiente: a nossa administração é corretamente liberal; satisfazemos com honra os nossos compromissos financeiros.

Somos o que se pode dizer um *povo de bem*, um *povo boa pessoa*. E a nação vista de fora e de longe, tem aquele ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caíada, onde se presente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor, e com as economias dentro de uma meia... A Europa reconhece isto: e todavia olha para nós com um desdém manifesto. Por quê? Porque nos considera uma nação de mediocres: digamos francamente a dura palavra — porque nos considera uma *raça de estúpidos*. Este mesmo *Times*, este oráculo agosto, já escreveu que Portugal era, intelectualmente, tão caduco, tão casmurro, tão fósil, que se tornara um país bom para se lhe passar muito ao largo, e *atirar-lhe pedras* (textual).

O *Daily Telegraph* já discutiu em artigo de fundo este problema: Se seria possível sondar a espessura da ignorância lusitana! Tais observações, além de descorteses, são decerto perversas. Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, ou se seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas, pagar lealmente ao padeiro, e obedecer, de frente curva, aos editais do governo civil. São qualidades excelentes, mas insuficientes. Requer-se mais: requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica e a ponta de ideal que em França, na Inglaterra, na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente; e nas nações de facilidades menos criadoras, na pequena Holanda ou na pequena Suécia, produzem esse conjunto eminente de sabias instituições que são, na ordem social, a realização das formas superiores do pensamento.

Dir-me-ão que eu sou absurdo ao ponto de querer que haja um Dante em cada paróquia, e de exigir que os Voltaires nasçam com a profusão dos tortulhos. Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça arte: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão



O monumento a Eça em Lisboa: a mulher representa a Verdade. No pedestal, uma frase de “A Reliquia”: “Sobre a nudez forte da Verdade o manto diáfano da phantasia”

escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espetáculo é vê-lo jazer no marismo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas... É isto o que punge.

E o curioso é que o país tem a consciência muito nítida deste torpor mortal, e do descrédito universal que ele lhe atrai. Para fazer vibrar a fibra nacional, por ocasião do centenário de Camões, o grito que se utilizou foi este: — Mostremos ao mundo que ainda vivemos! que ainda temos uma literatura!

E o país sentiu asperamente a necessidade de afirmar alto, à Europa, que ainda lhe restava um vago clarão dentro do crânio. E o que fez? Encheu as varandas de bandeiras, e rebentou de júbilo a pele dos tambores. Feito o que — estendeu-se de ventre ao sol, cobriu a face com o lenço de rapé, e recomçou a sesta eterna. Onde eu concluo que Portugal, recusando-se ao menor passo nas letras e na ciência para merecer o respeito da Europa inteligente, mostra, à maneira do vadio de Caracas, o desprezo mais soberano pelas opiniões da civilização. Se o Brasil, pois, tem essa qualidade eminente de se interessar pelo que diz o mundo culto, deve-o às excelências da sua natureza, de modo nenhum ao seu sangue português: como português, o que era lógico que fizesse era voltar as costas à Europa, puxando mais para as orelhas o cabeção do capote...

Mas, retrocedendo ao artigo do *Times*, a conclusão da sua primeira parte é que “em riqueza e aptidões o Brasil leva gloriosamente a palma às outras nacionalidades da América do Sul”. Todavia, o *Times* observa no Brasil circunstâncias desconsoadoras: “Doze milhões de homens estão perdidos num estado maior que toda a Europa: a receita pública, que é de doze milhões de libras esterlinas, é muitos milhões inferior à da Holanda e à da Bélgica: com uma linha de costa de quatro mil milhas de comprimento, e com pontos de uma largura de duas mil e seiscentas milhas, o Brasil exporta em valor de gêneros a quarta parte menos que o diminuto reino da Bélgica.”

O *Times*, todavia, tem a generosidade de admitir que nem a densidade de população, nem o total das receitas, nem a cifra das exportações constituem a felicidade de um povo e a sua grandeza moral. A Suíça, que tem dois milhões de habitantes e justamente os mesmos dois milhões de libras de receita, vive em condições de prosperidade, de liberdade, de civilização, de intelectualidade bem superiores à tenebrosa Rússia com os seus oitenta milhões de libras de receita, e os mesmos oitenta milhões em homens. “Todavia, continua o *Times*, se a escassez da população, de rendimento e de comércio, não colocam o Brasil num estado de adversidade, são uma prova que faltam a esse povo algumas das qualidades que fazem a grandeza das nações. Que os colonizadores portugueses, apenas apoiados pelo pequeno trono português, tivessem feito da metade do novo mundo, que lhes concedeu o papa Alexandre, mais que os colonizadores espanhóis que tiravam a sua força da grande nação de Espanha, é uma cousa que prova a favor do sangue português comparado com o sangue castelhano, andaluz ou aragonês. Mas que as conquistas feitas no Brasil à natureza sejam tão insignificantes, e tão vastos os espaços que permanecem não só inconquistados mas desamparados — indica que são análogos os defeitos da colônia espanhola e da colônia portuguesa...”

O resto do artigo é mais sério; e eu devo transcrevê-lo sem interrupção. “O brasileiro não é, como o peruano ou boliviano, altivo demais, ou preguiçoso demais para se dignar reparar nos meios de riqueza e de grandeza tão prodigamente

espalhados em torno de si. Não; o brasileiro tem energia suficiente para ambicionar e para calcular. A sua atenção está fixa nas férteis regiões do interior: Desejaria bem ver a rede dos seus rios navegáveis cobertos de barcos e vapores. Sucede mesmo que, nos pontos mais ricos da costa, o habitante queixase que uma excessiva porção dos impostos com que é sobrecarregado vai ser gasta em colossais trabalhos empreendidos em vantagem de remotas e incultas regiões que nunca ou, ao menos, só daqui a longos anos, poderão aproveitar com eles. Mas, em todo o caso, o Brasil sente em si força suficiente para dar ao seu vasto território os benefícios de uma sábia administração.”

O *Times* aqui tem um pequeno período, aludindo à nobre ambição que têm os brasileiros de fazer tudo por si mesmos, vendo com aborrecimento as grandes obras entregues à perícia estrangeira, e preferindo os esforços da ciência e do talento nacionais, ainda mesmo quando eles falham, custando ao país milhões perdidos... Depois prossegue:

“Mas enquanto o brasileiro se mostra assim, em teorias políticas e administrativas, ansioso por fomentar ele mesmo, por ele mesmo fazer todas as obras dos seus cinco milhões de milhas quadradas — às suas mãos repugna o agarrar o cabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado, que é justamente o serviço que a natureza reclama dele. Num continente, que depois de três séculos e meio continua a ser um torrão novo, a grandeza das Repúblicas ou dos Impérios depende exclusivamente do trabalho manual.

“Italianos, alemães, negros, têm sido, estão sendo importados para fazerem o trabalho duro que repugna aos senhores do solo. Mas, inclinados, em certos distritos, eles nunca poderiam labutar como os naturais dos trópicos. Nem mesmo nas províncias mais temperadas do Império jamais os imigrantes trabalharão resolutamente — até que o exemplo lhes seja dado pela população indígena, senhora da terra. O brasileiro ou tem de trabalhar por suas mãos, ou então largar a rica herança que é incompetente para administrar. A maneira que o tempo se adianta, vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade.”

O *Times* aqui embrulha-se. Prefiro explicar a sua ideia, a traduzir-lhe a complicada prosa; quer ele dizer que o dia se aproxima em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos Estados do Sul da América, permaneçam estérteis e inúteis, e que, se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. E o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina...

Continua depois o artigo, com ferocidade: “No Peru, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, em Venezuela... em outros mais, os atuais ocupadores do solo terão gradualmente de desaparecer e descer àquela condição inferior, que o seu fraco temperamento lhes marca como destino. (Nunca se escreveu nada tão ferino!) O povo brasileiro, porém, tem qualidades excelentes e a Inglaterra não chegará prontamente à conclusão de que ele tem de partilhar a sorte de seus febris ou casmurros vizinhos... Mas, dadas as condições do seu solo, o Brasil mesmo tem a escolher entre um semelhante futuro ou então o trabalho, o duro esforço pessoal, contra o qual até agora se tem rebelado. Se o seu destino tivesse levado os brasileiros a outro canto do continente, nem tão largo, nem tão belo, poder-se-ia permitir-lhes que passassem a existência numa grande solonência. Mas ao brasileiro está confiada a décima quinta parte da superfície do globo: essa décima quinta parte é, toda ela, um tesouro de beleza, riquezas e felicidades possíveis; e de tal responsável — o brasileiro tem de subir ou de cair!”

E com esta palavra, à Gambetta, termino. Já se alonga muito esta carta para que eu a sobrecarregue de comentários à prosa do *Times*. No seu conjunto é um juízo simpático. O *Times*, sendo, por assim dizer, a consciência escrita da classe média da Inglaterra, a mais rica, a mais forte, a mais sólida da Europa, tem uma autoridade formidável; e escrevendo para o Brasil, eu não podia deixar de recolher as suas palavras — que devem ser naturalmente a expressão do que a classe média da Inglaterra pensa ou vai pensar algum tempo do Brasil. Porque a prosa do *Times* é a matéria-prima de que se faz em Inglaterra o estofado da opinião.

E reparando agora que, por vezes nestas linhas, fui menos reverente com o *Times* — murmuro, baixo e contrito, um peccavi...